



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO  
CAMPUS III – GUARABIRA  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

**JOANDERSON DIANGEL'S DA CRUZ LIMA**

**PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: UMA ANÁLISE DA  
EXPANSÃO URBANA DA CIDADE DE ALAGOINHA/PB A PARTIR DE 2009.**

**GUARABIRA/PB  
2019**

**JOANDERSON DIANGEL´S DA CRUZ LIMA**

**PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: UMA ANÁLISE DA  
EXPANSÃO URBANA DA CIDADE DE ALAGOINHA/PB A PARTIR DE 2009.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado junto à  
Coordenação Curso de Licenciatura Plena em Geografia da  
Universidade Estadual da Paraíba – Campus III, como requisito  
para a obtenção do título de Licenciado em Geografia.

**Orientação:** Prof<sup>a</sup>. Me. Michele Kely Moraes Santos Souza.

**Linha de pesquisa:** Transformações Econômicas nos Espaços  
Urbanos e Rurais

**GUARABIRA/PB  
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L732p Lima, Joanderson Diangels da Cruz.  
Produção e reprodução do espaço urbano [manuscrito] :  
uma análise da expansão urbana da cidade de Alagoinha/PB  
a partir de 2009 / Joanderson Diangels da Cruz Lima. - 2019.  
65 p. : il. colorido.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em  
Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de  
Humanidades , 2019.  
"Orientação : Profa. Ma. Michele Kely Moraes Santos  
Souza , Coordenação do Curso de Geografia - CH."  
1. Espaço urbano. 2. Expansão urbana. 3. Cidade. I. Título  
21. ed. CDD 711

JOANDERSON DIANGELS'S DA CRUZ LIMA

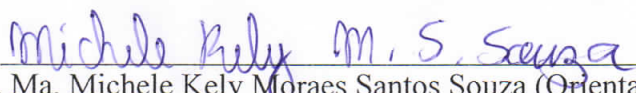
**PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: UMA ANÁLISE DA  
EXPANSÃO URBANA DA CIDADE DE ALAGOINHA/PB A PARTIR DE 2009.**

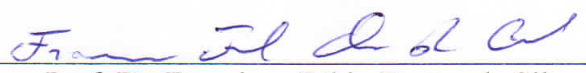
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito avaliativo para a obtenção do título de Licenciado em Geografia.

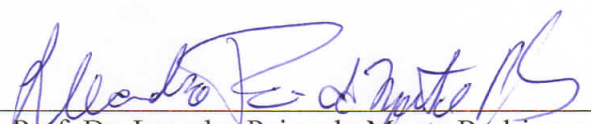
**Linha de Pesquisa:** Transformações Econômicas nos Espaços Urbanos e Rurais

Aprovado em: 18/06/2019.

**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof.<sup>a</sup> Ma. Michele Kely Moraes Santos Souza (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof. Dr. Francisco Fábio Dantas da Silva  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A meu sobrinho Davi (*in memoriam*), que lutou como um guerreiro até o seu último suspiro, me ensinando como ser forte até na hora mais fraca. Anjo, pela sua luz, alegria, motivação e inspiração, a você: DEDICO.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pela força renovada a cada dia de cansaço, por tudo que tem realizado em minha vida, ter tornado essa jornada geográfica possível e pela consagração dessa conquista, grande é minha fé em Ti.

A minha família, em especial minha mãe Edivania por sempre acreditar em mim e me dar forças pra continuar, meu pai, minhas irmãs, e minhas sobrinhas, que apesar de tudo me motivam sempre a buscar o melhor, mesmo que de forma indireta, amo todos e sou grato por serem parte da minha vida e estarem sempre comigo.

Aos meus amigos e colegas que, de certa forma, me auxiliaram durante esta minha graduação, lembro aqui Adrian que me permitiu usar seu notebook quando o meu não ajudava, Mauro que me ofereceu estadia na cidade de Guarabira/PB, Patrícia, pessoa que me motivou desde o princípio relatando sobre o curso ao qual fui me sentindo cada vez mais familiarizado.

As amigas Beatriz e Kayla que, mesmo distantes, se fizeram presentes sempre torcendo e acreditando, me apoiando desde o início da minha vida acadêmica: minha gratidão por tudo, pelas palavras de incentivo e estímulo, pela motivação, vocês são parte deste importante momento.

Ao Centro Acadêmico de Geografia Milton Santos, pelos eventos ofertados no âmbito desta instituição, aos quais fui participante e monitor, e que me possibilitaram um passeio dinâmico por diversos assuntos da Geografia, também as viagens sempre bem organizadas e que me proporcionou conhecer várias pessoas apaixonadas por esta ciência.

Grato aos meus amigos e colegas de turma que esta instituição me proporcionou, que, independente das situações, estiveram juntos durante essa etapa de nossas vidas. Especialmente, a Francisco, Inocência, Isabela, Jailma, Lucas, compartilhamos momentos marcantes de diversão, estudos, descontração e enfrentamentos: gratidão.

Aos professores que formam construtores de opinião, aqui quero lembrar Fábio Dantas que sempre nos motiva quanto à nossa organização e desenvolvimento nos estudos, Leandro Paiva que não tive a oportunidade como seu aluno mas, conheço-o através dos seus métodos inovadores trabalhados nesta instituição acerca da pesquisa geográfica, e Luiz Arthur, o qual tive oportunidade de ser monitor da sua ministração na disciplina de Geografia Econômica, onde pude acompanhar o início de sua carreira como professor nesta instituição e aprender muito com ele e com a matéria.

A minha orientadora, Michele Kely que, também tive a oportunidade de conhecer como monitor da disciplina acima citada contribuindo positivamente em minha formação acadêmica; colhi conhecimentos através da observância dos métodos e dinâmicas de ensino adotados em suas aulas, e com sua paciência e objetividade me conduziu à realização deste trabalho. Admiro-a como pessoa e profissional que é.

Por fim, agradeço a todos que compõem o Curso de Licenciatura Plena em Geografia, abrangendo Coordenação, Departamento e demais servidores da UEPB, a todos os que fazem essa imensa escola acontecer. E também a todas as demais pessoas que contribuíram para a realização deste, e a cidade de Alagoinha/PB, campo da minha pesquisa e lugar onde resido desde a infância.

A todos meu humilde obrigado!

## **043 – GEOGRAFIA**

**Linha de Pesquisa:** Transformações Econômicas nos Espaços Urbanos e Rurais

**Título:** PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: UMA ANÁLISE DA EXPANSÃO URBANA DA CIDADE DE ALAGOINHA/PB A PARTIR DE 2009.

(AUTOR) Joanderson Diangel's da Cruz Lima UEPB/CH/DG

(ORIENTADOR) Prof<sup>a</sup>. Me. Michele Kely Moraes Santos UEPB/CH/DG

(EXAMINADOR) Prof. Dr. Francisco Fábio Dantas da Silva UEPB/CH/DG

(EXAMINADOR) Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues UEPB/CH/DG

### **RESUMO**

O presente trabalho evidencia uma análise da produção e reprodução do espaço urbano e seus desdobramentos resultantes na expansão do tecido urbano do município, a partir do ano de 2009, na pequena cidade de Alagoinha/PB. Com o propósito de entender como o processo de urbanização interferiu nesses fatores através das ações efetuadas pelos agentes produtores atuantes neste espaço, a fim de promover um melhor desenvolvimento urbano para a população. Fez-se necessário um levantamento bibliográfico para a fundamentação teórica desta pesquisa, visitas ao campo do objeto de estudo e aplicação de entrevistas orais com a ex gestora, comerciantes e moradores do município. Ao realizar as análises dos dados e informações referentes a esta pesquisa por intermédio da metodologia supracitada, constatamos que o espaço urbano do município foi produzido antes mesmo da instauração do seu poder executivo e até o ano de 2009 esta produção ficou estagnada em relação ao crescimento da população urbana devido a fatores políticos e sociais, o que acarretou debilitações na infraestrutura da cidade que não mais atendia as novas demandas. A partir daquele ano o poder público iniciou uma reestruturação através da ampliação e modernização dos serviços públicos, possibilitando uma readaptação do setor comercial, enquanto que os agentes privados conduzem a expansão da malha urbana do município até os dias atuais. Tais ações provocaram o melhor desenvolvimento da cidade condicionando uma melhor qualidade de vida para os habitantes.

**Palavras chaves:** produção do espaço urbano; expansão urbana; cidade.



## **043 - GEOGRAPHY**

**Research Line:** Economic Transformations in Urban and countrified Spaces

**Title:** PRODUCTION AND REPRODUCTION OF URBAN SPACE: AN ANALYSIS OF THE URBAN EXPANSION OF THE CITY OF ALAGOINHA/PB FROM 2009.

(AUTHOR) Joanderson Diangel's da Cruz Lima UEPB/CH/DG

(ORIENTER) Me. Michele Kelly Moraes Santos UEPB/CH/DG

(EXAMINER) Prof. Dr. Francisco Fábio Dantas da Silva UEPB/CH/DG

(EXAMINER) Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues UEPB/CH/DG

### **ABSTRACT**

The present work shows an analysis of the production and reproduction of the urban space and its unfolding results in the expansion of the urban fabric of the municipality, from the year 2009, in the small city of Alagoinha / PB. With the purpose of understanding how the urbanization process interfered in these factors through the actions carried out by the producers agents in this place, in order to promote a better urban development for the population. A bibliographic survey was necessary for the theoretical basis of this research, visits to the field of the object of study and application of oral interviews with the former manager, merchants and residents of the municipality. When analyzing the data and information related to this research through the aforementioned methodology, we find that the urban space of the municipality was produced even before its political emancipation, and until 2009 this production was compromised in relation to population growth due to political and social factors, which led to weakening of the city infrastructure that no longer met the new demands. From that year the public power began a restructuring through the expansion and modernization of the public services, allowing a readaptation of the commercial sector, while the private agents lead the expansion of the urban network of the municipality until the present day, providing a better development of the city and population.

**Keywords:** Space production; Urban expansion; Alagoinha/PB.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### Figuras:

Figura 1: Vista do centro da cidade a partir da antiga praça João Pessoa .....	33
Figura 2: Vista do centro da cidade a partir da antiga praça Alfredo Moura .....	33
Figura 3: Vista frontal da antiga praça João Pessoa .....	33
Figura 4: Malha urbana do município com indicação das áreas periféricas em 2008 .....	34
Figura 5: Esgoto a céu aberto no Conj. Luiz Germiniano .....	35
Figuras 6a e 6b: Falta de pavimentação e saneamento básico em ruas das periferias .....	37
Figuras 7a e 7b: Esgotos abertos nas periferias .....	37
Figuras 8a e 8b: Lixo acumulado em vários pontos da cidade .....	37
Figura 9: Interior do prédio do antigo PSF II .....	38
Figura 10: Antigo prédio abandonado do PSF II .....	38
Figura 11: Antiga sede da prefeitura .....	38
Figuras 12a e 12b: Supermercados inaugurados na cidade .....	39
Figuras 13a e 13b: Vista do centro comercial da cidade .....	39
Figuras 14a, 14b, 14c e 14d: Pavimentação de ruas periféricas .....	41
Figuras 15a, 15b: Saneamento básico nas periferias .....	41
Figura 16: Antigo prédio do Núcleo de Promoção Humana ocupado por famílias Desabrigadas .....	42
Figura 17: Vista aérea do Conj. Clócio Beltrão .....	43
Figura 18: Casa construída isoladamente através do PSH .....	43
Figura 19: Reforma do PSF I .....	44
Figura 20: PSF I reformado .....	44
Figura 21: PSF VI recuperado .....	45
Figura 22: Academia de saúde implantadas na região central .....	45
Figura 23: Academia de saúde implantada no Conj. Luiz Germiniano .....	45
Figura 24: Academia de saúde implantada na Rua Lauro Montenegro .....	46
Figura 25: Vista aérea do complexo de saúde .....	46
Figura 26: Novo prédio da Escola Municipal Carlos Martins Beltrão .....	47
Figura 27: Novo prédio da Escola Municipal Severino Flaviano Cavalcante .....	47
Figura 28: Escola Municipal Prof. <sup>a</sup> Lia Beltrão antes da reforma .....	49
Figura 29: Escola Municipal Prof. <sup>a</sup> Lia Beltrão reformada .....	49

Figura 30: Escola Municipal José Barbosa de Lucena .....	49
Figura 31: Nova Praça Geraldo Beltrão (antes João Pessoa) .....	50
Figura 32: Nova Praça Alfredo Moura .....	50
Figura 33: Show religioso na praça Geraldo Beltrão .....	51
Figura 34: Missa campal .....	51
Figura 35: Festa de Natal no pátio do mercado público .....	52
Figura 36: Localização da Rua Gov. José Américo .....	52
Figuras 37a e 37b: Festas na rua Gov. José Américo .....	53
Figura 38: Parque de eventos .....	53
Figura 39: Vazio de construção .....	54
Figura 40: Nova sede da prefeitura .....	55
Figura 41: Prédio do CRAS .....	55
Figura 42: Vista aérea parcial da área urbana consolidada .....	56
Figura 43: Área recém urbanizada .....	56
Figura 44: Malha urbana do município ao fim de 2017 .....	57
Figura 45: Alagamento no centro da cidade .....	58

### **Gráficos:**

Gráfico 1: Progressão da população urbana – Brasil.....	24
Gráfico 2: Progressão da população urbana – Paraíba.....	25
Gráfico 3: Progressão da população urbana – Alagoinha/PB.....	32

### **Mapas:**

Mapa 1: Localização do município de Alagoinha/PB na Paraíba.....	15
Mapa 2: Limites territoriais do município de Alagoinha/PB.....	15

## **LISTA DE SIGLAS**

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

ECIT – Escola Cidadã Integral Técnica

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISS – Imposto Sobre Serviços

ONU – Organização das Nações Unidas

PSF – Posto de Saúde Familiar

PSH – Programa de Subsídio a Habitação

SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

UIA – União dos Arquitetos Internacionais

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	13
<b>1. O ESPAÇO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE GEOGRÁFICA.....</b>	18
1.1. ESPAÇO URBANO E CIDADE.....	19
<b>2. URBANIZAÇÃO: CONTEXTUALIZANDO O OBJETO DE ESTUDO.....</b>	23
2.1. URBANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO URBANO EM CIDADES PEQUENAS.	26
<b>3. A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E O SURGIMENTO DA CIDADE DE ALAGOINHA/PB.....</b>	28
3.1 A URBANIZAÇÃO E A INSUFICIENTE INFRAESTRUTURA.....	31
<b>4. CONSEQUÊNCIAS E SOLUÇÕES ACERCA DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM ALAGOINHA/PB.....</b>	36
4.1 DESAFIOS E INSATISFAÇÕES DO NOVO URBANO.....	57
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	60
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	62

## INTRODUÇÃO

A produção e reprodução dos espaços urbanos, das quais derivam suas expansões são processos que ocorrem progressivamente em toda parte, e seus estudos são recorríveis primeiramente a Geografia, que é ciência responsável que nos permite o conhecimento das diversas transformações que ocorrem nestas categorias de análise. A urbanização é um fenômeno corrente desde meados do século XVIII, e é um importante processo de mutação do espaço geográfico, pois é resultado de diferentes fatores que decorrem de diversos contextos políticos, econômicos e sociais, que resultam na produção dos espaços urbanos.

Hoje o mundo é urbano, pois a maior parcela de seus habitantes vive nas cidades. No Brasil a urbanização ocorreu de maneira tardia e precipitada assim como em outros países subdesenvolvidos. Em menos de meio século deixamos de ser um país rural para nos tornarmos um país predominantemente urbano, onde segundo o IBGE (2010) 82% da população reside nas cidades. De acordo com a Prefeitura de Piracicaba (2011, p. 33) “este processo de transformação do habitat e da sociedade brasileira produziu uma urbanização predatória, desigual e, sobretudo, iníqua. A cidade se originou da necessidade de contato, comunicação, organização e troca entre homens e mulheres”.

Este fenômeno interfere diretamente no cotidiano da sociedade, e com a evolução da população urbana advinda desde o século passado a vida nas cidades torna-se cada vez mais um desafio constante, pois no meio urbano divergentes interesses se apresentam e “qualquer que seja a sua escala, a cidade é uma organização viva, dinâmica, com suas diversificadas partes em permanente interação” (*op. cit.*).

Este fator ao longo do século XX provocou a origem, crescimento e desenvolvimento de muitas cidades no país, tornando-o progressivamente mais urbano. Porém o Brasil ainda não possui estrutura suficiente para abarcar toda a dinâmica deste processo que resultou em muitas cidades defasadas, principalmente nos contextos social e político. Diante disso, a Prefeitura de Piracicaba (2011, p. 33) explana que:

Muitas foram as consequências deste veloz processo. O fenômeno de urbanização provocou o agravamento do histórico quadro de exclusão social tornando mais evidente a marginalização e a violência urbanas que, atualmente são motivo de grande apreensão, tanto para moradores e usuários, quanto para os governos das cidades. As já densas e grandes cidades se expandiram formando regiões metropolitanas, com extensas periferias ocupadas por população pobre expulsa das áreas centrais ou atraídas de outros pontos do território brasileiro em busca de trabalho, renda e acesso a bens, serviços e equipamentos urbanos. Os moradores das periferias continuam desprovidos de infra-estrutura básica, a cada dia mais distantes dos centros urbanos e ainda têm que enfrentar, em seus obrigatórios deslocamentos para as áreas centrais, o insuficiente e caro sistema de transporte. O que se encontra

nas grandes cidades, contudo, pode ser observado, de forma semelhante, nas médias e menores.

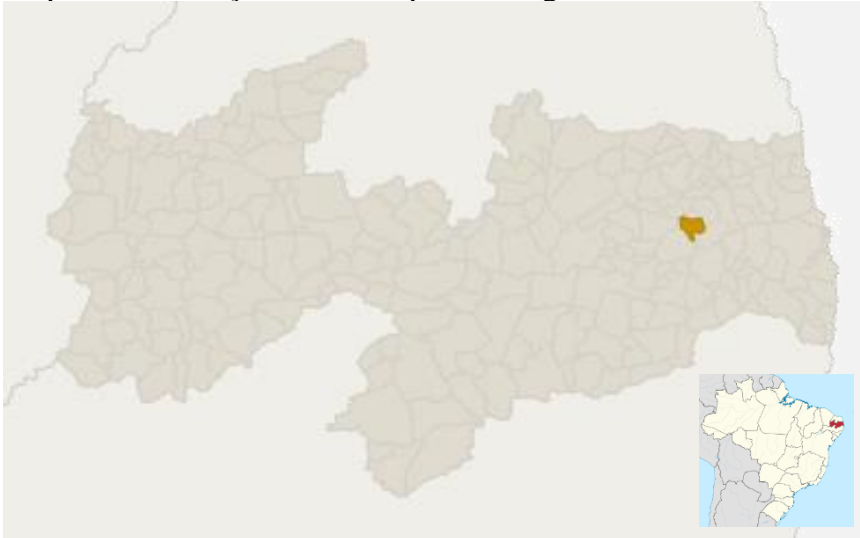
Contudo, os problemas urbanos surgem e tornam-se mais complexos com o crescimento da população urbana, a depender de ações que supram essas defasagens e garantam o desenvolvimento das cidades tanto no âmbito público como no privado, porém a acessibilidade aos serviços, ainda nos dias atuais e em muitos casos, é dotada de privilégios. Segundo a fonte supracitada “a distribuição dos benefícios decorrentes do processo de urbanização é historicamente injusta e resultante de décadas de descaso, de incompreensão, de preconceito, e de atuação privilegiada voltada apenas para alguns setores da cidade” (2011, p. 33).

Tal fenômeno ocorre em todo o território nacional abrangendo estados e cidades com comportamentos variados. Assim, o espaço urbano pode se expandir de maneira desordenada acarretando precariedades na infraestrutura de uma cidade, ocasionando desigualdades sociais perversas, principalmente nas metrópoles. Mas isto não escapa a realidade também das cidades médias e pequenas.

Este trabalho expõe essas informações acerca da realidade da pequena cidade de Alagoinha/PB, a partir de 2009, ano em que se iniciou uma possível reestruturação da mesma de modo a minimizar os impactos desfavoráveis desse processo, possibilitando decorrentes transformações no espaço urbano do município.

De acordo com a Nova Regionalização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), o município de Alagoinha/PB está localizado na Região Imediata de Guarabira que compõe a Região Intermediária de João Pessoa, apresentando distância de 77,4Km da capital. Em sua área de 96,98 km<sup>2</sup>, faz-se limite com os municípios de Alagoa Grande e Areia a Oeste, ao Norte: Pilões e Cuitegi, Guarabira no lado Leste e, ao Sul: Mulungu, conforme os mapas 1 e 2, e são interligados pelas rodovias: BR 230 / PB 079 / PB 075.

Mapa 1: Localização do município de Alagoinha/PB.



Fonte: IBGE. Adaptado pelo autor. Junho, 2019.

Mapa 2: Limites territoriais do município de Alagoinha/PB.



Fonte: IBGE. Adaptado pelo autor. Junho, 2019.

Conforme o último Censo Demográfico do IBGE (2010), a população de Alagoinha correspondia a 13.576 pessoas, com uma densidade demográfica de 139,99hab/km<sup>2</sup>, e a estimativa desta para 2018 foi de 14.367 habitantes, havendo, assim, um aumento em quase 800 pessoas.

A cidade é reconhecida quando se fala em água de boa qualidade, pois recebe vários elogios de turistas da região e instituições, isso tudo devido ao tratamento que é realizado na água potável do município. É o principal destino de várias pessoas da região nas épocas de São João e Natal, nas quais a pequena cidade realiza suas tradicionais festas que atraem um grande número de pessoas. Mas, por que Alagoinha/PB é caracterizada como cidade pequena?



Existe essa hierarquia? Quais critérios para se chegar a estas definições de grandes, médias e pequenas?

Atualmente o contingente populacional é tido, por órgãos governamentais e diversos estudiosos como os citados mais adiante, como base para essa definição – o que é contestado por alguns autores, como Sposito (2004), por exemplo, pois, as cidades não se distinguem apenas no tocante às suas demografias, mas também pela concentração de serviços nelas contidos, ou seja, pela sua função. Concerne a isso Motta e Mata (2008, p. 34) acrescentam que “para as políticas públicas podem ser utilizados critérios que considerem não apenas o tamanho demográfico, mas a localização e a relevância de sua função na rede urbana”.

Porém, não há uma concordância quanto às delimitações. Para explicar isso usaremos as explanações de França (2007, p. 51/52) onde, conforme o IBGE e a ONU, as cidades pequenas são aquelas que possuem população até 100.000 habitantes. Já a UIA, define essas cidades aquelas que possuem demografia até 20.000 [...]. Os pesquisadores do IPEA, como Andrade e Serra (2001) e Motta e Mata (2008), adotam os mesmos critérios definidos pelo IBGE.

Este manuscrito considera como cidade pequena aquela que possui até 20.000 habitantes, com base nos estudos específicos de Maia (2010) referentes à região do Nordeste brasileiro e, também, pelo fato de a demografia atual do município em estudo não ultrapassar as mínimas delimitações supracitadas.

Busca-se analisar em geral como se dá o processo de expansão urbana do município, e as principais ações realizadas acerca do crescimento da sua população a partir do ano de 2009. Isso será possível através de especificidades como analisar a produção (e reprodução) do espaço urbano de Alagoinha/PB em decorrência do fenômeno da urbanização; identificar as consequências deste processo na cidade; destacar as ações adotadas pelos agentes produtores referentes à expansão e reestruturação urbanas; ressaltar a importância deste processo em cidades pequenas a fim de endossar e estimular os estudos a respeito destas.

Portanto, através de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, será possível analisar a estrutura da cidade de Alagoinha e suas alterações decorrentes do desenvolvimento do espaço urbano do município a partir do período que intitula este trabalho. Busca-se também levar os resultados desse estudo ao conhecimento do ser comum, de escalas local e regional, para que estes obtenham uma perspectiva histórica de como se deu tal processo de evolução no seu espaço social.

Essa pesquisa nasce da ânsia de se ter um estudo inédito no âmbito geográfico do objeto em foco. Através desta será possível avaliar a evolução das cidades no Brasil e

identificar as mudanças que estão acarretando este processo em cidades pequenas, por meio das informações coletadas a respeito da realidade existente como: perda e ganho de infraestrutura, abandono governamental, disponibilidade de serviços públicos que contribuam para o bem estar da sociedade local, etc.

Para a realização da pesquisa foi feito um levantamento bibliográfico em livros e artigos, analisando discussões de autores como Milton Santos, Henri Lefebvre, Maria Encarnação B. Sposito, Ana Fani A. Carlos, Roberto Lobato Corrêa, *et. al.*, produzidas em relação ao tema a fim de suprir maior quantidade de conhecimento.

Já para a coleta de dados houve em primeiro momento visitas em sites, periódicos, documentos, etc. Em segundo momento foram realizadas visitas ao campo do objeto em estudo que se consolidou na realização de entrevistas, registros fotográficos, observação da paisagem e visitas em áreas específicas para maior compreensão da realidade vivida na cidade.

Este manuscrito está estruturado em quatro partes, sendo as duas primeiras introdutórias e teóricas de modo a contextualização e explanação do tema, e as últimas destinadas na aplicação dos dados, discussões e conclusões tomadas relativamente a produção, reprodução e expansão do espaço urbano de Alagoinha/PB.

## 1. O ESPAÇO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE GEOGRÁFICA

O espaço geográfico sendo o principal objeto de estudo da Geografia é, assim como para muitos, pensado como abstrato, central, geral/global... porém, consiste de algumas características e singularidades que nos possibilitam um norte na sua definição. Ao estudá-lo Milton Santos (1978) levanta as seguintes pontuações:

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida (...) o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente (...) o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 1978, p. 122).

Para o autor o espaço é tido num sentido amplo como fruto de um conjunto de relações da sociedade com a natureza, que se exerce através de sistemas de objetos e sistemas de ações, – onde os objetos seriam os elementos fornecidos pela natureza (pois no seu princípio tudo eram/são coisas), as ações denominam as práticas(técnicas) adotadas – analisado através da sua forma, função, estrutura, processo e totalidade que se dão no espaço-tempo.

Ainda segundo Milton Santos (1978, p. 145) o homem é sujeito principal na organização do espaço que, tomando tais elementos como intrínsecos ressalta “[...] o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia”.

Podemos então presumir que o homem enquanto ser social (re)produz o espaço, à medida que a sociedade se transforma e se desenvolve ao decorrer do tempo histórico. Quanto a isso Saquet e Silva (2008) relatam que:

Desse modo, o espaço, além de instância social que tende a reproduzir-se, tem uma estrutura que corresponde à organização feita pelo homem. É também uma instância subordinada à lei da totalidade, que dispõe de certa autonomia, manifestando-se por meio de leis próprias. Assim, o espaço organizado é também uma forma resultante da interação de diferentes variáveis. O espaço social corresponde ao espaço humano, lugar de vida e trabalho: morada do homem, sem definições fixas. O espaço geográfico é organizado pelo homem vivendo em sociedade e, cada sociedade, historicamente, produz seu espaço como lugar de sua própria reprodução (SAQUET e SILVA, 2008, p. 8).

Quanto à essa produção, os conceitos de Lefebvre (2000) – que também contribuíram para as análises de Milton Santos –, se mostram mais específicos em que ele a trata como elemento social, por se considerar as relações que o homem estabelece com o meio em que se situa e que, através do trabalho que ele exerce sobre a natureza, forma, cria, transforma o espaço.

O espaço geográfico é, portanto uma totalidade, entretanto se trata de uma conjuntura social, na qual não é (re)produzido de maneira uniforme, uma vez que cada sociedade (espaço social) que o constitui se desenvolve a partir de diferentes relações de produção com o meio em que está situada. Analisando esta diferenciação Milton Santos (1978) explica que:

(...) O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 1978, p. 171).

Nesta mesma linha conceitual, Lefebvre (2000) supõe que “o espaço aparece, se forma, intervém ora a alguns “níveis” ora a outros. Portanto, desigualmente, mas por toda parte” pois, como já notado, cada sociedade têm seu modo de (re)produção singular. Tudo isso nos remete à ideia de desigualdade social e a conseqüente segregação do espaço.

O que vale entender nestas concepções, tanto de Milton Santos quanto de Henri Lefebvre, é que são os espaços sociais que, ao se (re)produzirem e se (re)organizarem, pelas práticas e necessidades humanas, simultaneamente (re)produzem e (re)organizam o espaço geográfico, ou seja, os espaços dentro do espaço. É possível analisar cada um de acordo com suas características, podendo ser classificados como naturais, rurais ou urbanos, e a este último corresponde o objeto em estudo neste trabalho que será discutido a diante.

### 1.1. ESPAÇO URBANO E CIDADE

Partindo dessas explanações, ora se o espaço (social) é (re)produzido pelo sujeito-homem, vivendo em sociedade, mantendo uma relação intrínseca com a natureza, transformando-a através das ações, podemos dizer que ele tem a possibilidade de criar novos espaços, novas formas pois, consoante Lefebvre (2000):

O conceito de espaço reúne o mental e o cultural, o social e o histórico. Reconstituindo um processo complexo: descoberta (de espaços novos, desconhecidos, continentes ou o cosmos) - produção (da organização espacial própria a cada sociedade) - criação (de obras: a paisagem, a cidade como a monumentalidade e o *décor*) (LEFEBVRE, 2000, p. 9).

Sendo assim, os espaços são variáveis, e podem ser constituídos de acordo com as diversas características da sociedade, separando-os ou unindo-os, possibilitando a criação de novos, transformação, expansão, e materialização. Entretanto, não apresentam uniformidade nas variações entre eles, além disso cada um acarreta divergências na sua composição interna, logo, o espaço em sua singularidade também é desigual.

Influenciados pelo sistema capitalista muitas daquelas características são desviadas, o que evidencia apenas o interesse econômico do/no espaço pois, ao mesmo tempo em que ele oferece possibilidades viáveis para a circulação do capital, busca uma proximidade com outros espaços que também possam garantir seu desenvolvimento. Sobre esta realidade Lefebvre (2000) nos diz que:

[...] é preciso sublinhar que naquele tempo (ao redor de 1970) já se colocavam, com uma evidência (cegante para muitos, que preferiam olhar alhures), as questões urbanas. [...] Massiva e “selvagem”, sem outra estratégia que a maximização dos ganhos, sem racionalidade nem originalidade criadora, a urbanização, como se dizia, e as construções engendraram efeitos desastrosos, observáveis, já constatáveis de todos os lados. Desde então, em nome da “modernidade” (LEFEBVRE, 2000, p. 5 e 6).

O espaço urbano é aquele que abriga a maior parte de atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços e, em geral, apresenta uma concentração maior de edificações, ou seja, reúne os mais intensos fluxos do movimento dinâmico da sociedade, resultado das diferentes relações sociais (trabalho, comércio, *habitat*, etc.). Corrêa (1989, p. 7) o define como “o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si”.

Esses fluxos se intensificam no território nacional com a industrialização que culminou nas metrópoles e provocou diretamente explosão da urbanização, que, no Brasil, ocorreu de maneira tardia e acelerada, ocasionando o processo de organização do espaço urbano de forma desordenada, mal planejado, a partir de 1950, em várias partes do país, o que proporcionou uma certa diferença de suas intensidades. Nisso Santos (1979) *apud* Saquet e Silva (2008, p. 13) explicam que:

[...] os fluxos podem ser compreendidos através dos circuitos inferior e superior. O fluxo do sistema superior é composto de negócios bancários, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, comércio atacadista e transporte. Já o sistema inferior é constituído por formas de fabricação sem a utilização intensiva de capital; por serviços não modernos, abastecidos pelo nível de venda a varejo e pelo comércio em pequena escala. Ambos os sistemas são levados em conta no estudo da organização espacial em países subdesenvolvidos. Enfim, tanto as atividades do sistema inferior como as de fluxo superior possuem sua função na organização do espaço, porém, o sistema inferior torna-se, pouco a pouco, capaz de impor sua influência sobre as unidades espaciais mais extensas, junto com os demais elementos que desempenham seu papel na organização do espaço. O Estado aparece como intermediário entre os agentes de inovação e as realidades nacionais, porém, ambos são condicionados pelas circunstâncias históricas gerais de uma nação.

A distinção dos espaços urbanos, no seu modo de produção, se dá pela intensidade desses fatores. Carros em movimento, fluxo de pessoas, oferta de serviços, circulação comercial, etc., tudo isso compõe o espaço urbano em sua dimensão simbólica.

Com isso, o capitalismo priorizou e endossou o modo de produção espacial das grandes cidades, onde encontram-se os centros industriais, comerciais, as aglomerações (de pessoas, transportes, edifícios), e disposição de serviços, em maior escala do que nas cidades pequenas – categoria essa dada ao objeto de estudo do presente trabalho –, mantendo relações entre si constituindo uma rede urbana, que será conceituada mais adiante.

Por conseguinte, o que se detecta em Corrêa (1989) é o fato de que ele não dissocia a cidade de espaço urbano quanto à suas definições, o que contradiz a maioria dos autores, como os já citados anteriormente, pois suas análises e resultados estão voltados mais para a conceituação daquela.

Então a cidade não é um espaço urbano? O que a difere quanto à seu conceito em relação a esse espaço? Lefebvre (2000, p. 6) ressalta que a maior evidência da produção do espaço, que se dá através da organização da sociedade, é a cidade, o urbano, pois é “impossível pensar a cidade e o urbano modernos, enquanto obras (no sentido amplo e forte da obra de arte que transforma seus materiais) sem de início concebê-los como produtos”.

Seguindo as análises de Milton Santos (1978) a cidade vem a ser a forma concreta (objeto criado) originada a partir da organização e do desenvolvimento das ações da sociedade no espaço, portando, é parte física constituinte deste, um recorte.

Tal materialização é condicionada pelas relações de produção do espaço urbano e considerada como uma representação dos conflitos sociais, das diferentes disputas entre as variadas categorias urbanas como habitações, meios de transporte, pessoas... é o principal cenário de trocas comerciais, sociais, de conexões entre diferentes espaços dentro de um mesmo, ou seja, das relações engendradas no espaço urbano, ou ainda, segundo Sposito (2004) “a cidade é, particularmente, o lugar onde se reúnem as melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo”.

Assim, as cidades compõem a rede urbana, que é a conexão entre elas na troca de serviços interdependentes, em que o capitalismo induziu a divisão social do trabalho. Digamos então que, de acordo com este sistema, para haver uma organização social, a cidade tem o papel de abarcar essa divisão. Nessa mesma linha Sposito (2004) diz que:

A cidade é o lugar onde se concentra a força de trabalho e os meios necessários à produção em larga escala — a industrial —, e, portanto, é o lugar da gestão, das decisões que orientam o desenvolvimento do próprio modo de produção, comandando a divisão territorial do trabalho e articula a ligação entre as cidades da rede urbana e entre as cidades e o campo. Determina o papel do campo neste processo, e estimula a constituição da rede urbana (SPOSITO, 2004, p. 64).

Sendo concebida pela sociedade organizada e ações por ela desenvolvidas nesse espaço, assim como estes fatores, a cidade também nasce em uma determinada época e se desenvolve no decorrer dos tempos. Conforme Lefebvre (2000, p. 112) “considere-se uma cidade, espaço formado [moldado], modelado, ocupado por atividades sociais ao longo do tempo histórico”.

Várias transformações sociais e estruturais ocorrem acompanhando o movimento do espaço urbano no qual a cidade está situada. Junto a esse desenvolvimento a cidade também evolui em seus aspectos físicos e dinâmicos, porém antes de serem caracterizadas como tal, as pequenas cidades (e aquelas não-planejadas) passaram por todo um processo de construção ao longo do tempo histórico. Por isso elas apresentam características únicas, assim suas paisagens e estrutura são bastante diversificadas.

Enquanto o capitalismo se desenvolve com facilidade nas grandes cidades, nas pequenas isto ocorre de forma gradativa, dependendo também da localização destas. Contudo a produção do espaço em cidades pequenas ocorre a nível inferior em relação às metrópoles, onde ocorre a maior parte das transações capitalistas, que resultam de um processo de ações cumulativas dadas através do tempo.

Há ainda uma (re)produção do espaço urbano que tenta replicar a produção urbana condicionada diretamente pelo capital nas grandes cidades pois, sua dinâmica se intensifica variavelmente com os fluxos de relações em escalas parciais e menores, determinando a função da cidade que resulta do modo dessa (re)produção.

Neste trabalho não será focado o elemento industrial pelo fato de o objeto de estudo deste não se encaixar nessa categoria. Por ser de hierarquia pequena a cidade apenas possui ainda uma sucinta funcionalidade nesse setor, por outro lado, será tomado como fator impulsionador que influencia no crescimento urbano também das cidades de pequeno porte.

## 2. URBANIZAÇÃO: CONTEXTUALIZANDO O OBJETO DE ESTUDO

Compreendemos urbanização como aquele processo em que o percentual da população de uma cidade torna-se maior do que a do campo e o espaço urbano se expande sobre o território rural e, apesar de um conceito simples, é o principal fator no processo de construção da cidade, como salientam Sancho e Deus (2015):

A hegemonia da cidade enquanto forma de organização social, mais complexa e distante dos valores e formas de vida rural, ocasionou a migração maciça das populações para os centros urbanos e transformou a maneira como os homens se relacionavam e concebiam a natureza, ocorrendo, em última instância, um amplo processo de desnaturalização da sociedade (SANCHO e DEUS, 2015, p. 224).

Mundialmente, este fenômeno se intensifica a partir de 1750, período este relacionado à Primeira Revolução Industrial, em que Danenberg (2009) diz que “O processo revolucionário que se desencadeou na indústria inglesa a partir da segunda metade do século XVIII teve como causa e consequência a urbanização e a implementação de novas tecnologias, assim como foi responsável por uma mudança nas mentalidades que mais tarde iriam construir as ideologias que conduziram ao pensamento revolucionário do século XX” (DANENBERG, 2009, p.1).

A partir de 1950 é que a urbanização desponta e acelera abrangendo vários países do globo incluindo o Brasil, até então consolidado como um país rural. Seu processo de urbanização se dá em meados da década de 1930 iniciado na era Vargas (1930/1945) e tendo seu auge com JK (1956 a 1961).

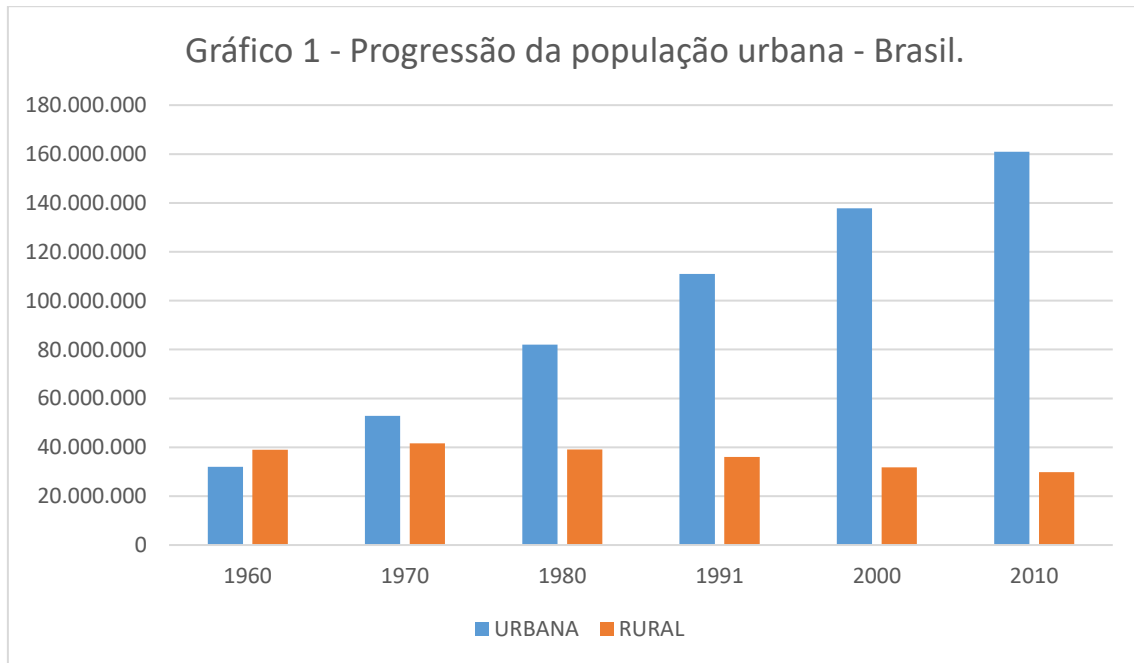
O desenvolvimento da indústria estimulou o crescimento das cidades ofertando vários empregos, e a evolução tecnológica se deu na mecanização do campo fazendo com que a população ali residente partisse para os grandes centros urbanos em busca de melhores qualidades de vida, o que chamamos de êxodo rural. Este processo dinâmico se desenhou progressivamente no país ao passar das décadas, em relação a isto Santos (1993) relata:

Os anos 60 marcam um significativo ponto de inflexão. Tanto no decênio entre 1940 e 1950, quanto entre 1950 e 1960, o aumento anual da população urbana era, em números absolutos, menor que o da população total do País. Nos anos 60-70 os dois números se aproximavam. E na década 70-80, o crescimento numérico da população urbana já era maior que o da população total. O processo de urbanização conhece uma aceleração e ganha novo patamar, consolidado na década seguinte (SANTOS, 1993, p. 30).

Nota-se que foi um processo à curto prazo, que eclodiu dentro de apenas quatro décadas de maneira gigantesca, e o Brasil também não possuía nenhum plano de apoio ou política pública que tratasse do desencadeamento deste fenômeno acerca da velocidade com a qual se desenvolvia.



Sendo assim, em 1970 já iremos ter o Brasil pela primeira vez como país urbano, no qual a população urbana supera a população rural (Gráfico 1). Tal processo continua a se desencadear massivamente em todo o território nacional, modelando diretamente o modo de vida da população brasileira, os espaços urbanos e as cidades através das distintas ações dadas pelas relações capitalistas.

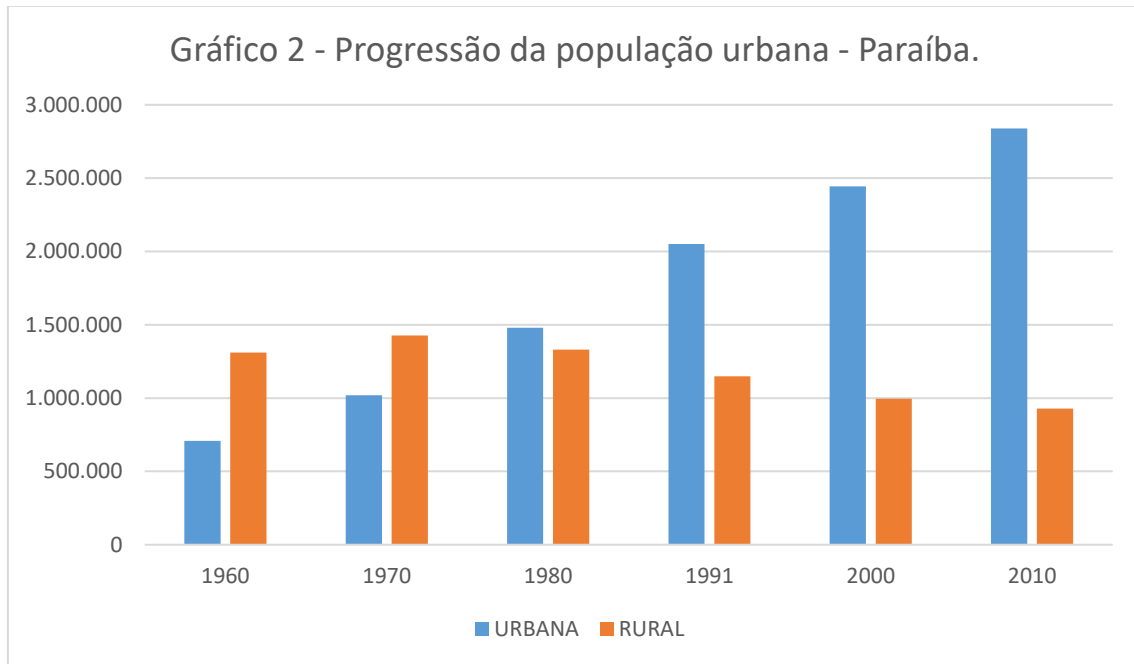


Fonte: IBGE. Adaptado pelo autor em 26/04/2019.

Este fenômeno atingiu todo o Brasil de maneira simultânea porém, essa consolidação urbana em todo o seu território ocorreu gradativamente ao decorrer dos anos pois, os primeiros lugares a serem urbanizados foram aqueles em que a indústria capitalista predominava com mais ênfase.

Podemos notar este processo ao decorrer deste trabalho, utilizando-se dos dados coletados pelo IBGE, que representam essa transição do rural para o urbano a níveis nacional (Gráfico 1), estadual (Gráfico 2), e que evidenciarão este efeito dominó a partir da segunda metade do século XX.

Na Paraíba este condicionamento ocorreu em 1980, onde a população urbana já se encontrava com o número de 149.378 pessoas superando o contingente de habitantes da área rural, ou seja, dez décadas após a firmação urbana a nível nacional, conforme o Gráfico 2 a seguir:



Fonte: IBGE. Adaptado pelo autor em 26/04/2019.

O processo de urbanização da Paraíba coincide com o comportamento de crescimento de todas as cidades brasileiras e este processo vincula-se, diretamente, a oferta de serviços e ao desempenho da atividade comercial. O desenvolvimento das funções urbanas, facilitado ou não pela melhoria dos meios de transportes e comunicações, concorreu para o surgimento da rede urbana do Estado.

Conforme Silva (2004), a urbanização no estado paraibano, a partir de 1950, se deu pelo desenvolvimento de suas atividades econômicas que giravam em torno da produção do algodão, que predominava em 70% do território, e da cana de açúcar introduzida largamente na região do brejo (atualmente zona mediata de Guarabira), mais precisamente entre as décadas de 60 e 80. Até então, já se destacavam as cidades de:

[...] João Pessoa por ser sede administrativa e religiosa; Campina Grande pelo intenso comércio com Recife, sendo centro comercial e industrial; Itabaiana pela feira de gado e por ter sido beneficiada com um ramal da rede ferroviária, ligando-se à Recife, assim como Guarabira; [...] Areia, Bananeiras, Pirpirituba e Remígio, sendo Areia a mais importante por apresentar o maior número de Engenhos e a Escola de Agronomia do Nordeste (UFPB – Campus Areia). No Litoral, Santa Rita e Cruz do Espírito Santo vinham desempenhando a mesma função com a produção de açúcar, rapadura e aguardente (SILVA, 2004, p. 35 e 37).

Este processo foi favorecido pelas políticas públicas implantadas para melhor abranger o crescimento das indústrias e garantir o desenvolvimento econômico do país e subsequentemente do estado. A construção de ferroviárias que interligavam os grandes centros comerciais e industriais no país foi um dos fatores que contribuiu para este avanço.

## 2.1 URBANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO URBANO EM CIDADES PEQUENAS

De acordo com Silva (2004), ao final do século XIX a urbanização influencia diretamente no modo de vida e cotidiano da população e passa a ser um elemento de um processo mais amplo: a modernização. Logo, é necessário recorrer a novos meios que garantam melhores formas de abarcar a população que progredia a cada década. Quanto a isso a autora supracitada relata que:

A urbanização, por sua vez, passa a ser um processo mais complexo, trazendo para as cidades a necessidade da implantação de infra-estrutura urbana (serviços de iluminação pública, água, saneamento, vias e transporte coletivo), sistema educacional (de base acadêmica européia) e os meios de informação por onde as influências inovadoras penetram, como teatros, museus, bibliotecas, jornais, agremiações, partidos políticos e outros, diversificando a vida urbana, antes centrada nas atividades religiosas (SILVA, 2004, p. 35).

O processo de urbanização em cidades pequenas, como Alagoinha/PB, é atribuído a elementos de ordem econômica, política e social que contribuem para a constituição da dinâmica intra-urbana da cidade. Este processo está intrinsecamente ligado à produção dada numa porção do espaço porém, neste caso, trata-se de um fenômeno que ocorre de forma gradativa em relação às grandes metrópoles.

Devido a seu rápido movimento, a produção do espaço urbano pode ocorrer de maneira desordenada e a infraestrutura de uma cidade pode ficar comprometida e acarretar graves problemas sócio estruturais, resultados de uma intensa segregação espacial. Nesse contexto, o planejamento urbano se faz de forma bastante necessária pois é de muita importância para a organização espacial da cidade e, em cidades pequenas, é executado de maneira restrita àquele espaço, garantindo eficácia. Sobre isso Dias (2010) diz:

A partir da segunda metade do século XX, no Brasil, os processos de urbanização e industrialização, somados ao avanço das relações capitalistas, assumiram uma velocidade de crescimento muito grande e, em decorrência disso, esse momento histórico foi marcado pelo surgimento de muitos “centros” urbanos. No entanto, o surgimento e expansão dessas novas áreas urbanas não seguiram padrões de organização ou planejamento, nascendo, nesse contexto, a necessidade de se pensar alternativas plausíveis e que fossem capazes de superar os problemas gerados por essas mudanças sócioespaciais. Dessa forma, refletir sobre o planejamento urbano como um instrumento de organização e ordenamento do espaço intra-urbano passou a ser fundamental tanto nas metrópoles, quanto nas cidades médias e pequenas (DIAS, 2010, p.1).

A partir deste período torna-se viável que a urbanização é a causa principal de várias mudanças no cenário urbano de uma cidade, no qual, de acordo com a estrutura e condições geográficas (solo, clima, limites territoriais, etc.), faz-se através do planejamento urbano. De acordo com Ferrari Junior (2004), geralmente, o planejamento pode ser entendido como um

processo de trabalho permanente voltado para elaboração de medidas com o objetivo de organizar e/ou potencializar a dinâmica urbana, ou seja, ele deve culminar em um conjunto de ações que contribua para a melhoria da qualidade de vida na cidade.

Entretanto, esse planejamento, na predominância de suas vezes, pode ser realizado tanto pelo poder público como por iniciativa privada, porém é legitimado apenas pelo poder do Estado que, através deste instrumento, faz a sua intervenção no processo de urbanização da cidade. Segundo a ideia de Villaça (2004), entender o planejamento urbano como um instrumento do Estado na construção, produção, organização e gestão do espaço intra-urbano, bem como sua funcionalidade, requer analisar qual a postura adotada pelo próprio Estado frente às necessidades da cidade contemporânea, inclusive as de pequeno porte.

Essa intervenção do Estado perante o processo de urbanização em cidades pequenas é indispensável, uma vez que ele é o principal favorecedor de todos os tipos de serviços que integram a estrutura urbana, do saneamento básico ao lazer, que possibilitará o desenvolvimento da cidade e, por conseguinte, implicará na modelação do espaço.

Diante do exposto, podemos salientar que o planejamento urbano em cidades pouco extensas deve ser pensado de forma singular, e em concordância com as condições do município, sobre isso Dias (2010, p. 4) relata que “diante desses argumentos, observa-se que o planejamento urbano precisa ser pensado de acordo com a realidade específica de cada cidade, considerando as transformações que ocorrem no intra-urbano ao logo do tempo”.

Assim, o poder público se faz principal legitimador deste crescimento, de modo a cumprir o Estatuto das Cidades<sup>1</sup> criado em 2001, o qual ainda segundo o autor supracitado, propõe estabelecer, teoricamente, regras de caráter público e interesse social para regular o uso do espaço urbano em prol do bem coletivo, visando sempre a segurança e o bem-estar do cidadão.

---

<sup>1</sup> BRASIL, 2001.

### 3. A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E O SURGIMENTO DA CIDADE DE ALAGOINHA/PB

Muitas cidades (vilas e povoados) paraibanas surgiram por se encontrarem próximas aos campos do cultivo de açúcar; outras através do desenvolvimento de suas atividades econômicas; e outras por serem pontos de passagem obrigatória de mercantes, como é o caso de Alagoinha/PB. O território hoje pertencente ao município está inserido numa região (primariamente denominada Serra de Copaoba) que, conforme Andrade Filho (2004) era:

[...] importante ponto de encontro e de convergência dos mais destacados núcleos de colonização da Paraíba, tornou-se zona de intermédio entre as linhas de penetração de ambições de fazendeiros, latifundiários, minifundiários e até alguns aventureiros que desejavam conquistar o seu poder no território, através de terras devolutas na caatinga litorânea, como também nesta região (ANDRADE FILHO<sup>2</sup>, 2004, p. 46).

Segundo o mesmo autor, a urbanização de Alagoinha/PB resultou em um processo que se desenvolveu a partir do comércio – que, nos dias atuais, permanece como sendo a principal base econômica do município –, sendo implantado com o início de sua povoação por volta de 1864/1870<sup>3</sup>, pois afirma que:

[...] a vida econômica de Alagoinha se originou de um comércio rudimentar que iniciou na época do surgimento do povoado e, depois, passa a girar em torno da agricultura, primeiramente circunscrita ao cultivo de cereais, sendo posteriormente, introduzida a cultura da cana de açúcar, do algodão, do fumo, da mamona e, por fim, do agave, que naquela época se constituía na maior fonte de riqueza. Essas amplas possibilidades econômicas, segundo a Representação<sup>4</sup>, atraíram vários proprietários de outras regiões, que se interessaram em adquirir terras, onde fundavam seus engenhos, intensificando assim, as condições de trabalho e o aumento da capacidade produtiva da Vila de Alagoinha (ANDRADE FILHO, 2004, p. 67).

A implantação do pequeno comércio foi o estopim para os detentores capitalistas daquela época apostarem na ideia e se fixarem no pequeno povoado, onde construíram casas comerciais e residenciais, as quais muitas eram alugadas, possibilitando, assim, que várias outras pessoas, inclusive algumas de destaque na região, também viessem a se estabelecer naquele lugarejo em iniciante desenvolvimento. Andrade Filho (2004, p. 53) continua:

Desde a fundação do povoado ocorrida no final do século XIX, Alagoinha foi se desenvolvendo e se estruturando principalmente através da construção de várias casas, tanto

<sup>2</sup> Licenciado em História e Bacharel em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba.

<sup>3</sup> De acordo com Andrade Filho (2004), “devido a escassez de documentos e fontes históricas há duas versões acerca dos primeiros habitantes do município” a se saber:

1864 – COELHO, C. Guarabira Através dos Tempos. Guarabira: Tipografia N. S. da Luz, 1955.

1970 – MEDEIROS, C. Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba. 2. Ed. Rio de Janeiro: Dep. De Imp. Nacional, 1950. p. 257/258.

<sup>4</sup> Segundo o autor era um documento anexado ao abaixo assinado pela emancipação política, que relatava os diversos aspectos da vila.

residenciais como comerciais, como também com a chegada de outros serviços que proporcionaram à população melhores condições de vida e, conseqüentemente, foram permitindo ao pequeno povoado alçar voos mais altos como, por exemplo, a criação do Distrito de Paz de Alagoinha.

O espaço urbano ali então, começara a se desenvolver e se estruturar vagarosamente, a divisão social do trabalho foi se evidenciando, diversas construções foram sendo executadas naquele território pelos seus migrantes (proprietários, fazendeiros, comerciantes, etc.) e, assim, a cidade aos poucos surgia, distinguindo-se cada vez mais do campo. Diante disso Fani (2003, p. 56) conclui que:

[...] a origem da cidade vincula-se à existência de uma ou mais funções urbanas. Nessa perspectiva, a origem de uma cidade pode ser: industrial caso do ABCD paulista (conjunto formado pelos municípios de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema); cultural e aqui temos, segundo alguns autores, a subdivisão entre a) religiosas (caso de Jerusalém, Meca, Aparecida do Norte); b) cidades universitárias como Oxford ou Cambridge; ou ainda as cidades cujas origens ligam-se às atividades comerciais, administrativas ou políticas, as capitais de estados ou país, ou as que têm origem em estações de águas, lugar de veraneio ou sanatórios.

A cidade de Alagoinha/PB então, determina-se sua funcionalidade mercante a qual, favorecida pela sua localização, garante o seu desenvolvimento em prol desta função, uma vez que está situada entre dois dos grandes centros urbanos (Campina Grande e Guarabira) que são componentes da rede urbana do estado da Paraíba.

Em meio a toda essa dinâmica, conforme Andrade Filho (2004), através do desejo instigante de seu povo e de seus líderes que tinham relações muito próximas com governantes e outros políticos daquela época (início do século XX), o município foi evoluindo em sua precedência, sendo então categorizado como povoado (1864/1870), passando a Distrito de Paz (1921), elevado a Vila (1938) e finalmente emancipado em 1953. Eventualidades estas ocorridas rapidamente em apenas oito (ou quase nove) décadas, resultaram numa descrição contida no hino do município<sup>5</sup>.

Vale ressaltar que, naquela época, a urbanização encontrava-se em alta no país, entretanto, tal processo não influenciou na emancipação política do município, uma vez que os primeiros povos a se instalarem no seu território, vindo a formar a sociedade que ali se fixava, eram migrantes de outras regiões, e também pelo fato de que ele, assim como o Brasil, era rural, pois o espaço urbano resulta da produção dada por uma organização da sociedade.

Ainda segundo Andrade Filho (2004), Alagoinha/PB já contava com uma estrutura urbana muito desenvolvida (para aquela época). Antes de tornar-se independente de Guarabira/PB, o seu espaço urbano já dispunha de uma estrada que ligava Alagoa Grande/PB

---

<sup>5</sup> Trecho da afirmação: “(...) Foi povoado e vila no anoitecer, ela nasceu cidade no amanhecer (...)”.

à Guarabira/PB, o que melhorara no seu acesso; várias casas, que também serviam de hospedagem, e prédios comerciais, entre os quais, destacava-se o mercado público com “enorme” pátio onde funciona, até os dias atuais, a tradicional feira livre que só era menor que a de Guarabira; a em breve cidade emancipada se destacava também pelas tradicionais festas de Natal e da Padroeira que eram realizadas, e também já tinha sua paróquia e padre próprios (na qual nos seus tempos de freguesia, era preciso convidar padres de outras freguesias próximas para as celebrações religiosas).

Além disso, muitos benefícios – inclusive alguns que poucas cidades dispunham na época – foram trazidos por articulações políticas feitas pelos grandes líderes, que se destacaram naquela população, através do prestígio e da proximidade que tinham com vários atuantes políticos do Estado – naqueles períodos em que as elites comandavam a política local –, o que também facilitou o processo de independência.

Sabe-se então que o poder público é agente produtor do espaço urbano porém, não é o único pois, no caso do objeto em estudo, antes mesmo de sua emancipação política, o conteúdo urbano do município já estava consolidado pelo modo de produção dos grandes proprietários, minifundiários e comerciantes que ali vieram a se estabelecer, intensificando o processo de urbanização no município.

Por outro lado, o poder público trata da legitimação dessa produção, ele é o principal detentor do capital e dos direitos sobre o seu território, em que se faz presente permitindo que o espaço urbano seja (re)produzido ou não, através de ações públicas e/ou privadas que são realizadas pelos vários outros agentes que atuam na expansão da área urbana, tanto que para ser categorizada como cidade, segundo o IBGE, basta que esta localidade urbana contenha ao mínimo uma sede executiva.

O Estado/poder atua na produção do espaço urbano junto com os outros principais agentes portadores de amplo capital, ou seja, junto às elites, colaborando para a produção desigual do espaço. Consoante Corrêa (1989, p. 12), esses agentes são:

- a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais;
- b) os proprietários fundiários;
- c) os promotores imobiliários;
- d) o Estado; e
- e) os grupos sociais excluídos.

A produção urbana é resultante da relação política entre estes agentes. Atualmente o poder público, juntamente com incorporadores imobiliários e proprietários de terras, são os que atuam na pequena cidade de Alagoinha/PB, na produção e expansão do seu espaço urbano.

### 3.1 A URBANIZAÇÃO E A INSUFICIENTE INFRAESTRUTURA

A cidade estava instaurada politicamente mas, fisicamente faltara muito o que se fazer na sua estrutura intra-urbana. Ora estamos falando de uma cidade e para tal, apesar de hierarquia pequena, é preciso conter muito mais que uma comarca e uma sede do poder executivo. Era necessário disponibilizar, também, de serviços essenciais para o desenvolvimento do modo de vida da população local, e isto estava tachado pela empolgação política na independência.

Essa oferta de serviços nas diversas áreas como saúde, educação, infraestrutura (que abarca todos os setores), lazer, etc., foram sendo implantadas, gradativamente, ao decorrer das décadas, a fim de suprir as básicas necessidades da população pois, Fani (2003) explana que:

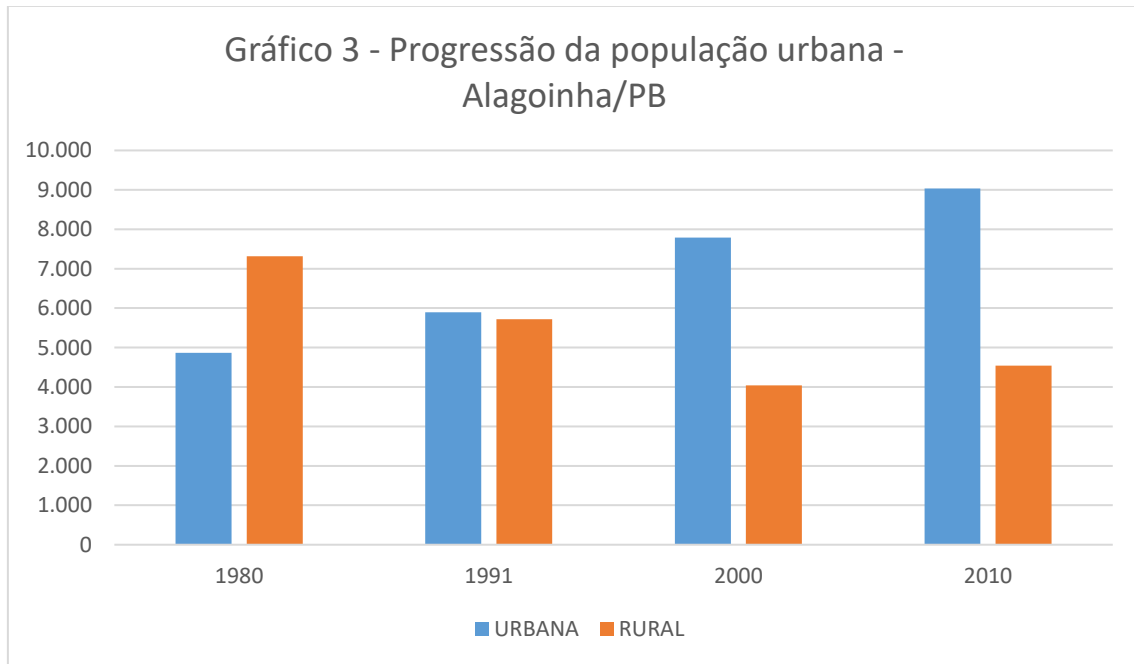
Do ponto de vista do produtor de mercadorias, a cidade materializa-se enquanto condição geral da produção (distribuição, circulação e troca) e nesse sentido é o *locus* da produção (onde se produz a mais-valia) e da circulação (onde esta é realizada). Assim entendida, a cidade é também o mercado (de matérias-primas, mercadorias e de força de trabalho); as atividades de apoio à produção (escritórios, agências bancárias, depósitos, etc.). Todavia, como o processo é concentrado, a cidade deverá expressar essa concentração.

Do ponto de vista do morador, enquanto consumidor, a cidade é meio de consumo coletivo (bens e serviços) para a reprodução da vida dos homens. É o *locus* da habitação e tudo o que o habitar implica na sociedade atual: escolas, assistência médica, transporte, água, luz, esgoto, telefone, atividades culturais e lazer, ócio, compras, etc. (FANI, 2003, p. 46).

Paralela a cultura de remediação política que ainda prevalece no país, as precedentes gestões administrativas do município – sendo o poder público o principal agente legitimador dessa produção – e seus agentes não se precaveram quanto ao aumento progressivo do número de habitantes o que, numa pequena cidade, é imediatamente perceptível.

Consideraremos os censos demográficos do IBGE a partir do ano de 1991 o qual evidencia a transição do município de rural para urbano e, a partir daí podemos ter uma ideia da progressão de sua população urbana nas últimas décadas, observe o Gráfico 3.





Fonte: IBGE. Adaptado pelo autor em 26/04/2019.

De acordo com o gráfico acima a população urbana alagoinhense cresceu, no mínimo mil pessoas por década e a densidade demográfica em 2010, segundo o IBGE, era de 139,99 hab/km<sup>2</sup>. A cidade então encontrava-se encolhida diante do fluxo populacional decorrido desse aumento pois, com ele, a busca pelo consumo de bens e serviços também aumentava. A disposição de muitos serviços públicos e privados tornara-se insuficiente e isso seguia para a precarização da infraestrutura em muitos setores da cidade.

Com sua função determinada pelas atividades mercantes, a cidade alagoinhense foi se desenvolvendo e se estruturando pouco a pouco com o passar dos tempos e, como o modo de produção é constante e simultâneo, sua infraestrutura foi sendo exercida por base daquilo que já existia pois, “a cidade é uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico, e que ganha materialização concreta, diferenciada, em função de determinações históricas específicas” (CARLOS, 2003, p. 57).

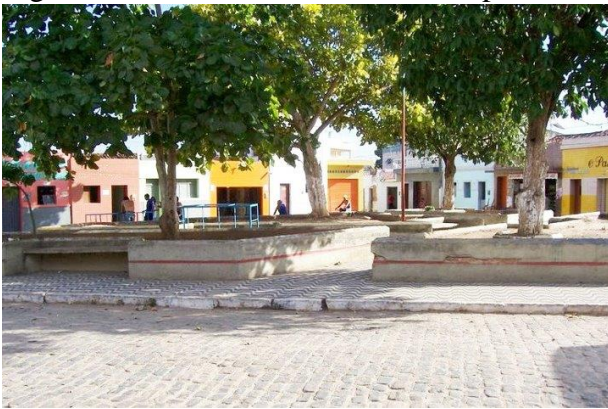
E assim, também muitas das construções erguidas na cidade mantiveram sua estrutura histórica até meados de 2009, permanecendo com um aspecto ainda de Vila no século XXI, ao menos no centro da cidade (Figuras 1, 2 e 3) onde há a maior concentração das atividades comerciais e que, em decorrência disso, recebe o intenso fluxo das diferentes relações da sociedade atual, mesmo após os seus 56 anos de emancipação.

Figura 1: Vista do centro da cidade a partir da antiga praça João Pessoa.



Fonte: Blog do Cristiano Alves. Fevereiro, 2017.

Figura 2: Vista do centro da cidade a partir da antiga praça Alfredo Moura.



Fonte: Paraíba Criativa. Dezembro, 2015.

Figura 3: Vista frontal da antiga praça João Pessoa.



Fonte: Paraíba Criativa. Dezembro, 2015.

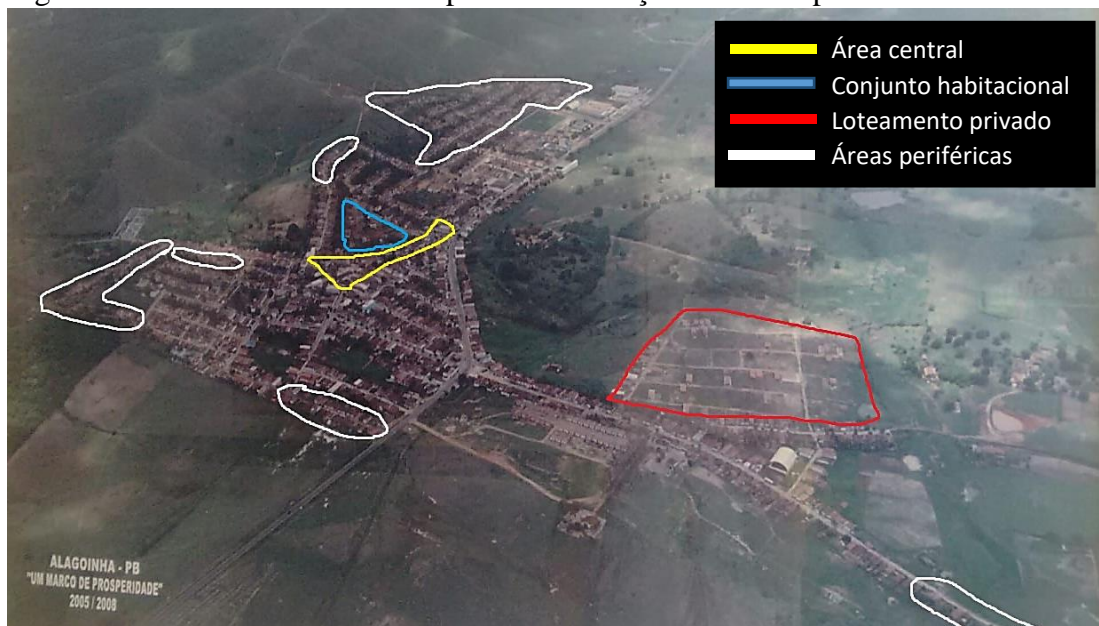
Não há, até os dias atuais, uma política pública voltada para a manutenção e preservação dessas estruturas e, em decorrência desses aumentos, a oferta de serviços públicos era insuficientemente compatível para abarcar o crescimento populacional, a falta de um planejamento urbano tornou-se evidente, o que acarretou diversos problemas sociais e estruturais. Desse modo, muitos fixos ficaram sujeitos a não suportarem o aumento intensivo de seus fluxos para a realização de suas funções. De acordo com Santos (2007, p.142):

Os fixos são econômicos, sociais, culturais, religiosos, etc. Eles são, entre outros, pontos de serviço, pontos produtivos, casas de negócios, hospitais, casas de saúde, ambulatorios, escolas, estádios, piscinas, e outros lugares de lazer. Mas se queremos entender a cidade não apenas como um grande objeto, mas como um modo de vida, há que distinguir entre os fixos públicos e os fixos privados. Estes são localizados segundo a lei da oferta e da procura, que regula também os preços a cobrar. Já os fixos públicos se instalam segundo os princípios sociais, e funcionam independentemente das exigências do lucro.

O espaço urbano do município ficara cada vez mais segregado e a cidade expandia-se horizontalmente, resultando no processo de periferização em diversas áreas. Já era notável que aquela estrutura urbana não era mais compatível com o movimento dinâmico daquela sociedade atual, e o crescimento da população forçava uma reestruturação, em âmbitos privados e, principalmente, públicos, por se tratar de uma cidade pouco extensa, em que a disposição de serviços públicos é imprescindível.

Segundo Meireles (2013, p. 19), para a Geografia Urbana “as periferias são locais dentro do espaço urbano que não se caracterizam como centralidades. É nelas onde podemos visualizar a pobreza das nossas cidades e também a desigualdade social existente dentro delas, sejam elas metrópoles, sejam elas pequenas cidades”, se caracterizam muito pelas escassas condições de infraestrutura básica, e a urbanização dessas áreas é dada principalmente da atenção do poder público. Por outro lado há casos exclusivos que é importante pontuarmos, observe a Figura 4 a seguir.

Figura 4: Malha urbana do município com indicação das áreas periféricas em 2008.



Fonte: P.M.A. Adaptado pelo autor em maio de 2019.

A figura 4 mostra a expansão da malha urbana do município ao fim de 2008 e, podemos observar então que a cidade se desenvolveu em torno do setor comercial que

predomina o centro da mesma e, no seu entorno os conjuntos habitacionais formados desordenadamente em decorrência do processo de urbanização e da falta de planejamento urbano. As áreas urbanas presentes na cidade são mescladas e compostas pelos setores administrativo, comercial e habitacional.

Na figura anterior observa-se também, por exemplo, a área central composta pelo comércio e setor administrativo, e bem ao lado área correspondente ao Conjunto habitacional Luiz Germiniano (popularmente Conj. Panorâmico), local de difícil acesso onde notava-se a presença de um vasto esgoto a céu aberto (Figura 5), terrenos baldios e falta de pavimentação.<sup>6</sup> Este último caso também era visível no único loteamento privado existente naquela época, onde muitos de seus lotes foram vendidos a baixos preços, devido a esta precariedade estrutural.

Figura 5: Esgoto a céu aberto no Conj. Luiz Germiniano.



Fonte: Blog do Cristiano Alves. Junho, 2014.

Sendo assim, a urbanização pode ser seletiva e não abarcar todas as áreas. A não atenção mínima dada resulta na formação das periferias independentemente da sua localização (gerando o visível contraste da desigualdade social), e se são de domínio público ou privado, o que se torna muito evidente em cidades pouco estruturadas como o objeto em estudo.

---

<sup>6</sup>Sua reestruturação está assemelhada as ações governamentais descritas mais adiante.

#### **4. CONSEQUÊNCIAS E SOLUÇÕES ACERCA DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM ALAGOINHA/PB**

Aqui serão apresentados os resultados da análise deste processo na cidade a partir do ano de 2009, seu desencadeamento e proporções tomadas partindo das ações realizadas no âmbito privado e, principalmente, pelo poder público na estrutura urbana do município, resultantes na reprodução e expansão do espaço urbano até a atualidade.

Conforme os dados e fontes pesquisadas, observamos que a produção e (re)produção do espaço urbano e da cidade de Alagoinha/PB, resultaram de uma sociedade que se desenvolveu baseada no comércio, formada a partir do processo de urbanização no município. Com o aumento da população a busca pelo consumo de bens e serviços também aumenta e, até o ano de 2009, a cidade não dispunha de infraestrutura básica suficiente para abranger essa demanda, logo, muitos problemas sócio-espaciais também aumentaram.

Dentre os vários fatores que contribuíram para o processo de urbanização da cidade, podemos citar os pequenos agricultores rurais que, pelo fato de não serem donos das terras onde desenvolviam suas atividades, trabalhavam para o devido proprietário, este que por sua vez, residia na zona urbana ou em outro município. Outro fato é de pessoas que saíram de grandes cidades em decorrência da violência e migraram para Alagoinha/PB (muitas delas retornando) por ser, ainda naquela época, considerada pacata, o que mudou pois, a violência nos últimos anos aumentou bastante e assolando todo o país.

Devido à falta de planejamento e compromisso social da administração pública anterior, a partir da segunda metade de 2008, agravou-se ainda mais a desordenada expansão urbana do município, colocando-o em um contexto de problemas estruturais e sociais muito complexos. A situação ficava cada vez mais complicada para o desenvolvimento da cidade e nenhuma ação de reestabelecimento era esboçada pelo poder público frente às consequências acarretadas, desestimulando e impedindo também, os demais agentes de produção do espaço urbano a investirem em ações que poderiam solucionar, em partes, ao mínimo os problemas de infraestrutura.

Para termos uma ideia o cenário que Alagoinha/PB representava naquela época, para a maioria dos habitantes entrevistados, era de uma cidade esquecida, abandonada e desorganizada: com edifícios públicos antigos e praças deteriorados; ruas periféricas não pavimentadas e saneamento básico insuficiente ou escasso; racionamento de água; transportes e equipamentos sucateados; servidores públicos com salários atrasados; superlotação de escolas e, ao mesmo tempo, crianças sem estudar pela falta de vagas decorrente da falta de estrutura capacitada; moradores sem teto ou vivendo em moradias irregulares (casas de taipa);

não havia estrutura propícia para a realização das suas festas tradicionais e outros eventos de grande porte (Figuras 6, 7, 8, 9 10 e 11).

Figura 6a e 6b: Falta de pavimentação e saneamento básico em ruas das periferias.



Fontes: Blog do Cristiano Alves, Maio, 2012. / Blog na cola, Abril 2012.

Figuras 7a e 7b: Esgotos abertos nas periferias



Fonte: Blog do Cristiano Alves. Maio, 2012. / Blog do Cristiano Alves. Maio, 2012.

Figuras 8a e 8b: Lixo acumulado em vários pontos da cidade.



Fontes: Blog do Cristiano Alves. Janeiro, 2009. / Blog do Cristiano Alves. Dezembro, 2008.

Figura 9: Interior do prédio do antigo PSF II.



Fonte: Blog do Cristiano Alves, Nov. 2009.

Figura 10: Antigo prédio abandonado do PSF II.



Fonte: Cristiano Alves. Maio, 2008.

Figura 11: Antiga sede da prefeitura.



Fonte: Blog do Cristiano Alves. Set., 2009.

O âmbito privado, devido ao aumento da população urbana, também já não conseguia comportar a demanda, por exemplo, nos principais estabelecimentos comerciais de menor escala (mercadinhos) as prateleiras se esvaziavam rapidamente em uma semana, devido ao estoque precário e escassez de variedades de mercadorias, etc.

Diante disso, o setor de comércio, que garante a circulação do capital e assume uma considerável parcela no desenvolvimento econômico do município foi o primeiro a sentir esse impacto e teve de se readaptar, muitos estabelecimentos comerciais aumentaram seus estoques e principalmente os do ramo de alimentos que são maioria, pois em cidades pequenas é a primeira garantia de lucro segundo a maioria dos comerciantes entrevistados. As maiores mudanças foram a elevação de categoria de dois mercadinhos a supermercados, um em 2010 e outro em 2013 (Figuras 12), aumentando assim os estoques de mercadorias e suprimindo a escassez antes existente.

Figura 12a e 12b: Supermercados inaugurados na cidade



Fonte: Blog do Cristiano Alves, Jan. 2018.



Fonte: Blog do Cristiano Alves, Out. 2018.

Segundo os comerciantes Edson Duarte Onofre e Rafael Bezerra Ferreira, “o principal motivo para tais investimentos foi o aumento das vendas”, para eles este setor se viu possibilitado a esta readaptação, também devido as ações do poder público que vinham sendo realizadas na área urbana, a partir da reforma da praça central<sup>7</sup> em 2009, o que deu mais visibilidade aos estabelecimentos (Figuras 13), uma vez que antes se encontravam, de certa forma, encobridos pelas grandes árvores e canteiros que interferiam nesse aspecto.

Figuras 13a e 13b: Vista do centro comercial da cidade.



Fontes: Fotos tiradas pelo o autor. Maio, 2019.

<sup>7</sup> Esta reforma será explanada mais adiante, junto com as outras demais ações executadas pelo poder público expostas neste trabalho.



Através da administração pública então empossada à gestão da prefeita Alcione Beltrão (2009-2012/2013-2018), é que se inicia uma reestruturação urbana pelo poder público no município, em que as obras foram realizadas com os devidos planejamentos, elaborados juntamente com arquitetos e engenheiros. Buscou-se uma reestruturação através das reformas e construções em diversos setores como: lazer, educação, saúde, cultura, etc., de modo a ampliar os serviços básicos e assim oferecer uma melhor qualidade de vida à população, abrangendo até as áreas mais afastadas.

De acordo com a ex gestora “tal processo evolutivo foi sendo realizado a partir da reorganização administrativa e financeira do município”, que é mantido através de verbas destinadas pelo governo federal como o FPM, ISS e ICMS. A urbanização então, colide com aquele cenário caótico que se encontrava a cidade naquele momento e sua influência fica subentendida nesta reorganização estrutural, pois acha-se que esta reestruturação urbana se deu pela má administração do governo anterior, de certa forma sim porém, a ampliação e modernização dos serviços se deu urgente pelo aumento na população.

O espaço urbano do município dotava de uma segregação intensa, que foi se expandindo a partir do centro da cidade com a formação de conjuntos habitacionais, onde os mais afastados possuíam muitas moradias precárias e que se deram em locais sem o mínimo de infraestrutura básica, e de maneira desordenada. Era necessário uma corrida contra o tempo, uma certa urgência na revitalização da cidade.

Por ser pequena, a cidade de Alagoinha/PB não estava apta no fornecimento das suas utilidades públicas a seus habitantes e, isso era evidente. Sabendo que a infraestrutura abarca todos os seus setores de serviços, a urbanização provocou um impacto muito forte na fisionomia intra-urbana do município atingindo diversas áreas como: saúde, educação, cultura, etc., logo, teve que se adaptar à massiva demanda populacional que progredia. Foi necessário ações de “curativo urbano” para sanar as debilitações estruturais e posteriormente ampliá-las de modo a suprir determinada demanda.

A partir daquele mesmo ano de 2009 iniciou-se uma série de investimentos em infraestrutura, de iniciativa do poder público, de modo a reestabelecer e propiciar a oferta de serviços básicos necessários para o desenvolvimento da população no município. No entanto tentou-se também uma modernização nas ações estruturais, através de planejamentos urbanos, de modo a aparar a massiva populacional atual, e assegurar melhor qualidade de vida para os alagoinhenses.

As ações do poder público se fazem importantes na reorganização espacial, por ser ele o principal detentor dos direitos sobre o seu território. O ponto de partida, segundo a ex

gestora em entrevista, foram a pavimentação e obras de saneamento básico em muitas ruas de aglomerados suburbanos da cidade que, devido à segregação socioespacial, eram áreas de difíceis acessos e com esgotos a céu aberto (Figuras 14 e 15) onde, em tempos mais chuvosos, transbordavam e conseqüentemente inundavam as casas próximas.

Figuras 14a, 14b, 14c e 14d: Pavimentação das ruas periféricas.



Fonte: Blog do Cristiano Alves. Adaptado pelo autor. Abril, 2019.

Figuras 15a, 15b: Saneamento básico nas periferias.



Fonte: Blog do Cristiano Alves. Maio, 2012.

Fonte: Blog do Cristiano Alves. Maio, 2012.

O problema social da moradia também era bem visível, muitas casas de taipa e famílias morando de aluguel ainda eram realidades no município. Este *déficit* habitacional se há existente desde intermédios de 2004, ano em que ocorreu um desastre ambiental causado

pelas fortes chuvas, em que muitas casas foram sucumbidas, grande maioria nas áreas periféricas, e que teve por consequência dezenas de desabrigados.

Daquele ano em diante, muitas pessoas conseguiram aos poucos se reerguerem e construir suas casas; outras foram beneficiadas com a casa própria pela administração posterior (alguns casos isolados por motivações apolíticas<sup>8</sup>), através de projetos sociais conveniados com os governos estadual e federal; várias famílias foram condicionadas ao aluguel e, segundo o IBGE (2010), o número de domicílios alugados ainda era de 319; por fim, ainda restavam alguns desabrigados que ocupavam um prédio estadual abandonado, conforme a Figura 16 a seguir.

Figura 16: Antigo prédio do Núcleo de Promoção Humana ocupado por famílias desabrigadas.



Fonte: Blog de William Santos. Agosto, 2013.

A maioria desta população atingida por este impacto ambiental era de baixa renda e já residia nas periferias. Neste período a cidade já possuía um loteamento privado porém, com o preço imobiliário elevado, estas famílias viam como saída a instalação nas periferias que oferecem valores mais condizentes com suas condições financeiras.

Perante isso, já em 2009 o poder público desenvolveu suas ações e possibilitou a construção de cerca de 400 casas populares destinadas a estas pessoas e demais carentes

---

<sup>8</sup> Nem todas as famílias beneficiadas perderam suas casas nas enchentes, algumas foram favorecidas, sem urgente necessidade, por proveniência de promessas de campanha eleitoral.

através do PSH, onde cerca de 70 dessas foram edificadas no conjunto Clócio Beltrão que foi instaurado a partir de habitações advindas de benefícios governamentais já existentes e está localizado na extremidade urbana sudoeste do município (Figura 17).

Figura 17: Vista aérea do Conj. Clócio Beltrão.



Fonte: Link Manutenções Maio, 2019.

As outras residências foram construídas isoladamente devido a algumas famílias já possuírem um terreno ou ainda possuírem moradia precária (Figura 18). Assim a cidade estaria conseguindo abarcar, em sua maior parte, a população residente que após este benefício, pode viver com dignidade e alívio e, atualmente não há indícios de desabrigados urbanos.

Figura 18: Casa construída isoladamente através do PSH.



Fonte: Blog do Widemar Silvestre. Março, 2011.

Estas ações de infraestrutura nas áreas precárias da cidade foram tornando-a cada vez mais urbanizada e satisfatória para a qualidade de vida daquelas famílias. Assim, a maior parte das periferias aos poucos se extinguiu, elucidando cada vez mais a estrutura física urbana do município, e melhorando a sua mobilidade.

Por outro lado era também necessária a ampliação dos serviços públicos, uma vez que eram insuficientes, em funcionalidade e estrutura física, para atender as necessidades dos alagoanhenses e sua demanda. Muitas readaptações ocorreram em diversas áreas e podemos citar alguns exemplos dessas mudanças a seguir, a considerar a situação precedente.

Na saúde, então precária no município, as consultas eram efetuadas por apenas um clínico geral que atendia toda a população, não havia médicos especializados e, devido a isto e a escassez de equipamentos modernos, os pacientes eram encaminhados para outras cidades que possuíam os recursos específicos para a realização ainda de exames preliminares e mais complexos, vale ressaltar também que não dispunha de transportes suficientes para a locomoção dos pacientes.

A medida adotada foi a realização de um concurso público que supriu a falta da maioria dessas especialidades. Logo o poder público efetuou diversas obras na recuperação/construção de todos os postos de saúde da cidade (Figuras 19, 20 e 21) e compras de equipamentos médicos para a execução de, no mínimo, exames preliminares descartando, nesses casos, a necessidade de locomoção.

Figura 19: Reforma do PSF I



Fonte: Blog do Cristiano Alves. Outubro, 2012.

Figura 20: PSF I reformado



Fonte: Foto tirada pelo autor. Maio, 2019.

Figura 21: PSF VI recuperado.



Fonte: Blog do Cristiano Alves. Novembro, 2009.

Houve também inovação com a implantação de academias de saúde em diferentes pontos da cidade (Figuras 22, 23 e 24), que possibilitou e estimulou toda à população urbana a prática de atividades físicas, e a construção de um posto do SAMU. Contudo, os serviços de saúde conseguiram abranger a população da cidade, que ficou muito satisfeita em relação a infraestrutura da área antes ofertada.

Figuras 22: Academia de saúde implantada na região central.



Fontes: Link Manutenções. Maio, 2019.

Figura 23: Academia de saúde implantada no Conj. Luiz Germiniano.



Fonte: Foto tirada pelo autor. Maio, 2019.

Figura 24: Academia de saúde implantada na Rua Lauro Montenegro.



Fonte: Foto tirada pelo autor. Maio, 2019.

Nos dias atuais a cidade conta com 6 PSF's (antes eram apenas 3), 1 posto de saúde noturno (onde funciona a policlínica no período diurno, em que são realizados os atendimentos específicos e alguns exames preliminares como eletrocardiograma) e 1 base do SAMU (que antes funcionava em um prédio privado). Toda essa reestruturação resultou na formação de um complexo de saúde (Figura 25) composto por 3 postos de saúde, base do SAMU, e 1 academia de saúde.

Figura 25: Vista aérea do complexo de saúde.



Fonte: Link Manutenções. Maio, 2019. (adaptado pelo autor)

Estas inovações nesta área deram estímulo a população a buscar uma vida saudável e uma maior sensação de cuidado e atenção ofertada devidamente pelo poder público. Renovação estrutural semelhante houve também na área da educação, onde podemos notar as reformas, ampliações, recuperações e construções das (novas) sedes escolares situadas na área urbana do município (Figuras 26 e 27) em decorrência do aumento do número de alunos ocorrido, também, devido ao fechamento da escola estadual de ensino fundamental I Prof.<sup>a</sup> Joaquina Moura (primeira escola do município) e pela qualidade de ensino oferecida pela rede municipal.

Figura 26: Novo prédio da Escola Municipal Carlos Martins Beltrão.



Fonte: Ascom-PMA. Janeiro, 2014.

Figura 27: Novo prédio da Escola Municipal Severino Flaviano Cavalcante.



Fonte: Foto tirada pelo autor. Maio, 2019.



Nos chama atenção a proximidade dos novos estabelecimentos das Escolas Municipais Severino Flaviano Cavalcante e Carlos Martins Beltrão (mostradas nas imagens acima), cerca de 300m de distância entre elas, entretanto tal fato não influencia certo conflito pela quantidade de alunos, uma vez que a urbanização garante a demanda e por estarem localizadas em pontos de melhor acesso para muitos alunos da periferia.

Os edifícios antigos dessas duas escolas citadas eram muito precários e estavam localizados em áreas remotas e de difícil acesso. Uma destas possuía apenas 2 salas de aula que, para atender a crescente quantidade os alunos, foi necessário a construção de um anexo com mais 2 salas de aula localizado a cerca de 800m de distância da sua sede; e a outra com 5, porém superlotadas (turnos manhã e tarde) e mal arejadas, áreas internas minúsculas onde eram realizadas distintas funções (secretaria, diretoria, depósito), carteiras insuficientes e degradadas. Com a construção dessas novas escolas, seus prédios antigos foram reformados e deram lugar a outras funcionalidades necessárias.

A cidade possui 5 escolas públicas, sendo 4 municipais e 1 estadual, e seus níveis de ensino estão divididos da seguinte forma: 3 escolas municipais oferecem o ensino fundamental I, e 1 dispõe do fundamental II. Já a estadual, proporciona o aprendizado partindo do 8º ano do fundamental ao ensino médio que, a partir deste ano funciona como ECIT. Além de duas escolas privadas e da creche municipal que também passou por reforma e ampliação para atender o crescimento.

Não há indícios de muitos jovens fora das escolas no município durante este período, segundo o IBGE (2010) a taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 98.7%. Houve também um aumento de matrículas no sistema EJA de ensino, que tem a finalidade de acolher alunos com idades avançadas e educação retardada atingidos pela falta de vagas que, antes de toda essa reforma urbana, eram limitadas por insuficiência na estrutura das escolas. Isso se deu pela implantação de projetos sociais no município através de ONG's e da prefeitura para estimular e atrair os alunos à aptidão ao aprendizado.

É importante salientar que a Escola Profª Lia Beltrão, única escola da rede municipal que dispõe de ensino fundamental II, não possui prédio próprio desde sua instauração em 2005 (atualmente, sua construção está em trâmite que perdura desde os governos 2009-2012/2013-2016) e está em funcionamento no estabelecimento de outra escola localizada no centro da cidade, as margens da rodovia PB-075, que teve de ser ampliado para abarcar o novo contingente estudantil, pois recebe alunos da zona urbana e rural (Figuras 28 e 29). Esta outra escola é a José Barbosa de Lucena, que foi deslocada para o antigo edifício da E.

Monteiro Lobato, localizado no Conj. Luiz Germiniano, que estava desativado e também teve de ser reformado e ampliado (Figura 30), retomando sua devida funcionalidade.

Figuras 28: Escola Municipal Prof.<sup>a</sup> Lia Beltrão antes da reforma.



Fonte: Valeska Cristiane Gomes e Silva. 2013.

Figura 29: Escola Municipal Prof.<sup>a</sup> Lia Beltrão reformada.



Fonte: Foto tirada pelo autor. Maio, 2019.

Figura 30: Escola Municipal José Barbosa de Lucena.



Fonte: Foto tirada pelo autor. Maio, 2019.

Por fim, toda essa reestruturação e modernização dos prédios escolares, foram necessárias para o melhor desenvolvimento educacional do município, pois proporcionou aos jovens estudantes se sentirem atraídos pela variedade de projetos sociais (Mais Educação, Acelera) e atividades culturais implantadas nas escolas, fatores esses que são de muita importância na educação, pois contribuem para o combate na erradicação de problemas sociais como, por exemplo, o analfabetismo, a marginalização e o trabalho infantil.

Na cultura e lazer do município a urbanização teve uma influência bastante evidente na transformação de sua infraestrutura quanto à realização das tradicionais festas de natal e da padroeira, as quais atraem também muitas pessoas de cidades próximas. As reformas das praças centrais da cidade, com seus revestimentos de cerâmicas e arquitetura em mosaico, promoveram uma renovação ao centro urbano (Figuras 31 e 32).

Figura 31: Nova Praça Geraldo Beltrão (antes João Pessoa).



Fonte: Blog do Cristiano Alves. Abril, 2013.

Figura 32: Nova Praça Alfredo Moura.



Fonte: Foto tirada pelo autor. Maio, 2019.

Porém isso acarretou algumas insatisfações devido a derrubada das árvores antes existentes e desconsideração de pontos de referência históricos do município como o obelisco (ver Figura 1). Outras duas praças foram construídas e as existentes não passaram por

reformas, sofrendo apenas pequenas restaurações, e uma outra antiga, localizada em frente à escola estadual, continuou deteriorada até o presente ano em que está sendo reformada.

O dia da padroeira N<sup>a</sup> Senhora da Conceição é comemorado pela igreja católica na praça principal da cidade que, em sua estrutura antiga seus altos canteiros e o obelisco, que era um marco da emancipação do município, dificultavam na locomoção e acomodação das pessoas. Com a reforma realizada a nova praça se encontra bastante acessível e foi vista como positiva e satisfatória pela maior parte dos moradores entrevistados, pois trouxe mais visibilidade ao centro, ao comércio e as festividades religiosas (Figuras 33 e 34).

Figura 33: Show religioso na praça Geraldo Beltrão.



Fontes: Blog do Cristiano Alves. Dezembro, 2009.

Figura 34: Missa campal



Fonte: Blog do Cristiano Alves. Março, 2013.

Para a realização das tradicionais festas de natal, e logo após as de São João (que veio a se tornar tradição durante aquele período), a cidade não possuía mais estrutura (espaço) compatível para abarcar a nova demanda da população local e seus visitantes. Tais festas eram realizadas no pátio do mercado público, que não conseguia mais conter o porte que o evento alcançara, uma vez que, o palco já tomava um terço do espaço disponível, e as pessoas restringidas ao aperto (Figura 35).

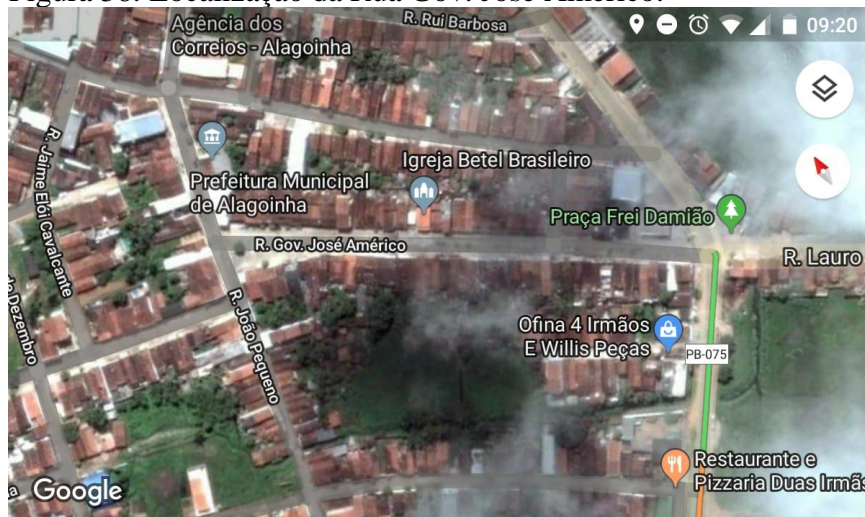
Figuras 35: Festa de Natal no pátio do mercado público.



Fonte: Blog do Cristiano Alves. Dezembro, 2009.

A saída adotada pelo poder público, depois de muitas discussões acerca do tema, foi tornar a rua Gov. José Américo (Figura 36), pela sua extensão e largura, como espaço provisório para a realização de tais eventos que, de acordo com Alcione Beltrão, em relação ao pátio do mercado, esta rua oferecia uma condição um pouco mais cômoda, ao considerarmos a quantidade de pessoas.

Figura 36: Localização da Rua Gov. José Américo.



Fonte: Google Maps.

Para isto também foram necessárias alterações como a recuperação do calçamento e a retirada dos canteiros perfilados no centro da via. Mesmo assim, as pessoas continuavam comprimidas durante os festejos, com poucas opções de entradas e saídas, comprometendo a segurança e estrutura dos eventos (Figuras 37 e 38), e isso perdurou por sete anos.

Figuras 37a e 37b: Festas na rua Gov. José Américo



Fontes: Blog Na Cola. Dezembro, 2010. / Portal 25 horas. Dezembro, 2012.

Alguns moradores entrevistados desta rua e arredores não concordavam com a realização dessas festas na localidade, pois se sentiam incomodados pelo barulho (principalmente os idosos que ali residem) e, também, porque viam suas calçadas serem utilizadas por algumas pessoas para necessidades fisiológicas, mesmo com a disposição de banheiros químicos durante os eventos, mesmo assim a decisão foi mantida.

Até que, no ano de 2016, a solução definitiva foi a construção de um parque de eventos que, além de substituir um vasto terreno baldio com um grande esgoto exposto pelas galerias deterioradas, pode abarcar eventos de grande porte e comportar cerca de doze mil pessoas. Porém, nota-se ainda uma precariedade em relação ao saneamento básico não realizado no local, o que inviabiliza sua devida função social, observe a figura 38.

Figura 38: Parque de eventos.



Fonte: Link Manutenções. Dezembro, 2017.

Este vasto terreno, antes sem funcionalidade, formava-se um imenso vazio urbano de construção resultante da expansão da malha urbana. Bem localizado a extremo sudoeste da cidade, cercado pelas rodovias PB063 (Alagoinha-Mulungu) e PB075 (Alagoinha-Alagoa Grande), da Escola Carlos Martins Beltrão e do conjunto Clócio Beltrão (Figura 39). Segundo o IBGE (2015) “os vazios intraurbanos são áreas do tecido urbano consolidado não ocupadas por construções, como parques, massas d’água (lagoas ou rios largos), grandes terrenos vazios, florestas etc.” e, atualmente na malha urbana do município podemos encontrar algumas dessas áreas.

Figura 39: Vazio de construção.



Fonte: P.M.A. Adaptada pelo autor. Maio, 2019.

Mesmo com a construção do parque de eventos, toda esta área está estrategicamente mantida (ou não), estando sujeita à transformações futuras, assegurando a acumulação de capital e a especulação da renda do solo, a depender da evolução urbana do município. Ou seja, pode haver então uma funcionalidade camuflada.

Desse modo, esta função pode estar definitiva temporariamente, mas trouxe alívio para os moradores da Rua Gov. José Américo e arredores, e seguiu no embalo das ações realizadas ao longo do período governamental (2009-2012/2013-2016). Algumas destas fizeram-se mais necessárias em relação a infraestrutura e disposição de serviços, e se realizaram em importantes setores de distintas funções.

Outras ações estruturais urbanas foram realizadas em estabelecimentos administrativos, de modo a comportar os intensos movimentos da sociedade acerca de suas

funções como, por exemplo, a própria prefeitura (Figura 40) que passou por uma reconstrução em 2013, já que a antiga estrutura estava debilitada, e também a construção do CRAS naquele mesmo ano (Figura 41), que é considerado o maior complexo de ação social da região.

Figura 40: Nova sede da prefeitura.



Fonte: Foto tirada pelo autor. Maio, 2019.

Figura 41: Prédio do CRAS



Fonte: Foto tirada pelo autor. Maio, 2019.

Contudo, essas ações do poder público possibilitaram uma estrutura urbana melhor vislumbrada em seu aspecto geral melhorando, de certa forma, o atendimento à população quanto à disposição de serviços públicos. Esta revitalização na infraestrutura urbana do município proporcionou muitas melhorias que se faziam necessárias, possibilitando a evolução dinâmica e social da população, e também o desenvolvimento de diversas áreas,



evidenciando a expansão do tecido urbano que se desencadeou em torno do centro da cidade com a formação dos conjuntos habitacionais (Figura 42).

Figuras 42: Vista aérea parcial da área urbana consolidada.



Fonte: Link Manutenções. Maio, 2019.

Permitiu também, a rápida expansão urbana da cidade nos últimos anos, que se efetua, até os dias atuais, pela iniciativa privada através da implantação de loteamentos. Atualmente o lado oposto ao da área urbana consolidada (tomando como corte a rodovia PB075), está sendo tomado por estes loteamentos (Figura 43) que resultarão, assim, num futuro complemento urbano ao entorno central, causando sua maior abrangência.

Figura 43: Área recém urbanizada na parte superior da foto.



Fonte: Link Manutenções. Maio, 2019.

Ao observarmos a Figura 44 a seguir, notaremos este processo de expansão ao fim do ano de 2017 e até ali ainda eram cinco loteamentos. Hoje, a cidade possui seis ao todo porém,

os mais recentes com terrenos condicionados as pessoas de capital financeiro mais elevado, dependendo da localização, ou seja, quanto mais próximo ao centro mais alto será o valor de mercado.

Figura 44: Malha urbana do município ao fim de 2017.



Fonte: P.M.A. Adaptado pelo autor em Maio de 2019.

Pode-se notar que houve um aproveitamento de muitos territórios públicos e privados, dadas suas determinadas funções proporcionando um melhor desenvolvimento urbano e social. Assim obteve-se a valorização desses espaços através da relação cotidiana engendrada na sociedade, modelando o um novo modo de viver e habitar na cidade.

Segundo os moradores José Francisco da Silva Júnior e Carlos Antônio da Silva, residentes de área mais afastada e do centro, respectivamente, as ações das gestões 2009-2012/2013-2016 foram vistas positivamente ao relacionarem estas as das administrações anteriores, realmente esta transformação no intra-urbano da cidade é notável, porém isto pode ilusonar uma “melhora” urbana no geral, fazendo até moradores de áreas remotas acharem satisfatórias.

Entretanto, tais feitos não abarcaram com eficácia todo o extenso urbano, uma vez que algumas partes da cidade ainda apresentam condições suburbanas. Por conseguinte, a cidade de Alagoinha/PB não é totalmente estruturada, pois ainda há muito a ser desenvolvido, inclusive na difícil solução de grandes problemas que ainda persistem na realidade atual.

#### 4.1 DESAFIOS E INSATISFAÇÕES DO NOVO URBANO

Esta revitalização na infraestrutura urbana abrangeu grande parte da sua extensão mas, por outro lado, este processo viu-se insuficiente em alguns problemas de infraestrutura existentes, que ainda são grandes barreiras a serem quebradas como o racionamento de água que há muitos anos atinge a cidade. É uma realidade infeliz que se agrava em tempos de seca, e apesar de possuir sistema de abastecimento próprio, ele não abarca a demanda de consumo atual.

Isto se dá porque a rede hídrica do município é antiga, datada sua inauguração, de acordo com Andrade Filho (2004), no ano de 1967, e que segundo o diretor do SAAE (em entrevista em 2018) não foi implantada com a finalidade de abastecer a cidade, mas sim, uma instituição estadual de produção agropecuária que foi de grande importância no desenvolvimento municipal naquela época e, posteriormente é que essa rede foi estendida à população.

Fato é que houve, durante esse período, uma iniciativa do poder público de tentar amenizar essa situação através da implantação de poços artesianos em diferentes pontos da cidade e a ampliação do reservatório de água, mesmo assim, sem muito sucesso pois, com os loteamentos que surgiram a rede hídrica ficou comprometida, com volume de água insuficiente para chegar a todas as residências. Desse modo o racionamento alterna a disponibilidade da água (horários/localidades/dias) dependendo dos períodos não chuvosos, entretanto não abrange todas as casas da zona urbana.

Outro problema é a situação do esgotamento sanitário presente no centro que, em tempos de chuva intensa não comporta a enxurrada, alagando toda aquela área trazendo prejuízos aos comerciantes e moradores que ali residem. Sendo aquela parte central a única com infraestrutura de urbanização até aquele ano de 2009, e com relevo proporcional convergente, as águas pluviais das localidades mais próximas correm para o centro e os dutos implantados não abarcam toda a vazão (Figura 45). A cidade não possui escoamento sanitário e o tratamento de esgoto é escasso.

Figura 45: Alagamento no centro da cidade.



Fonte: Blog do Cristiano Alves. Janeiro, 2019.

O aumento da produção de lixo também acaba sendo contribuinte para este problema se não for descartado da maneira correta. Na cidade a coleta ocorre regularmente mas, não possui tratamento adequado e todo ele é despejado num aterro sanitário há quase doze anos, que traz uma preocupação latejante ao poder público.

As gestões 2009-2012/2013-2016 tentaram sanar este desgosto ambiental através de um projeto que, segundo a ex gestora Alcione Beltrão, trata-se de um consórcio realizado com municípios próximos para fornecer o devido tratamento ao lixo, de modo a livrar o meio ambiente deste fator indesejável produzido pela própria população, mas atualmente não está em prática.

Tudo isso ainda é evidente no espaço urbano e correspondem ao maior desafio que o poder público encontra para propiciar o progresso urbano do município. Algo que amenizaria muito também, além da implantação de políticas públicas, seria uma educação ambiental disposta a regularizar e estimular a população a uma melhor utilização da água, uma devida separação do lixo e ao descarte correto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas levantadas ocorreram para as seguintes conclusões: até o ano de 2009, o centro da cidade era a única parte urbanizada do município, área esta que correspondia à antiga Vila, em que as administrações públicas precedentes não tinham a atenção voltada para a segregação que a urbanização estava causando e que conseqüentemente trouxe muitos problemas socio-espaciais quanto à disposição de serviços públicos e infraestrutura, sendo assim o que se via era apenas o crescimento do setor comercial no centro da cidade.

A produção do espaço urbano então se deu, até ali, de maneira desordenada sem o devido planejamento, ocasionando diversos problemas urbanos. As áreas periféricas eram então as mais debilitadas estruturalmente e tinham alta vulnerabilidade. O prestígio do governo municipal a partir daquele ano dado a atender essas áreas foi moldando a paisagem da cidade, abrangendo quase toda a extensão urbana.

O comércio se encontra bem desenvolvido, pois já consegue conter os níveis de consumo básico da população que o processo de urbanização acarretou para Alagoinha/PB, e todas essas ações possibilitaram também o aumento da concorrência em muitos setores. Alguns estabelecimentos surgiram porém, não conseguiram êxito e fecharam, já outros conseguiram se manter pela tradição, e outros pelas variedades e inovações, a cidade possui, por exemplo, 5 panificadoras, 2 supermercados, 3 farmácias, 3 lojas de materiais de construção, 4 depósitos de bebidas, etc. Ainda assim, possui uma dependência comercial de Guarabira/PB, cidade-polo mais próxima, que possui uma maior e mais intensa funcionalidade mercante.

Nota-se atualmente uma sucinta dispersão comercial dentro do espaço urbano, e da mesma forma o surgimento de pequenas indústrias. Antes duas indústrias funcionavam na cidade, uma fábrica de refrigerantes, que está desativada por falência, e uma de produtos alimentícios, que funciona nos dias de hoje com mais outras duas indústrias de produção têxtil e embalagens plásticas. Porém, o referido setor ainda não consegue atender a demanda de empregos da população do município e muitas pessoas saem da cidade para trabalhar nos grandes centros urbanos próximos, como por exemplo, a capital João Pessoa.

Por sua hierarquia a cidade ainda não possui bairros, e a divisão de suas áreas se dá em conjuntos predominadas por habitações permanecendo no centro sua maior funcionalidade, pois ainda é nele que se encontra a maior parte de setores administrativos e comerciais, este último timidamente vem se espalhando pela cidade acompanhando o movimento de expansão urbana e intensificando este processo.

A cidade ficou mais convidativa, em decorrência da disposição e estruturação de serviços, o que atrai cada vez mais pessoas se estabelecerem nela, e isso possibilitou também a implantação de loteamentos de cunhos privados, expandindo ainda mais a área urbana sobre a rural, e também reproduzindo a periferia, porém com condições habitáveis devido a intervenção do poder público através dos planejamentos urbanos, legitimando e reordenando este processo no município. O loteamento que se encontra mais próximo ao centro, por exemplo, dispõe de lotes com preços elevados, com terrenos na faixa dos R\$ 300.000, logo, estes ficam destinados primeiramente a pessoas que possuem alto poder de capital, forçando às pessoas de pouca renda a morarem cada vez mais afastados do centro, formando as periferias.

Se continuar assim, dependendo dos posteriores contextos socioeconômicos e políticos, haverá futuramente áreas públicas ou privadas com infraestrutura escassa e sujeita ao retrocesso, o que resultaria numa urbanização precária. Alagoinha/PB, através de seus agentes urbanos, promoveu esta reforma contemporânea na sua área urbana, mas que ainda mostra-se insuficiente, uma vez que há grandes desafios a serem vencidos, o que a torna uma cidade parcialmente estruturada.

A produção, reprodução e expansão dos espaços urbanos são processos contínuos e cada vez mais crescentes em todo o território brasileiro, como também em todo o planeta, e as cidades só conseguirão se desenvolver se os agentes produtores se atentarem a isso, através dos devidos planejamentos, evitando, assim, uma desordem urbana.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE FILHO, E. **Alagoinha: evolução político-administrativa**. João Pessoa: Ideia, 2004.

ANDRADE, T. A; SERRA, R. V. (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 7ª ed, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

DANEMBERG, Juliana Morais. **Primeira Revolução Industrial: aspectos sociais, econômicos e políticos**. Artigo da UFF, 2009, 7p. Disponível em <[www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Juliana\\_primeira\\_revolindusrevis.doc](http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Juliana_primeira_revolindusrevis.doc)>. Acesso em 16 mar. 2019.

DIAS, Alexandre Custódio de Jesus. **Reflexões sobre o papel do planejamento urbano na pequena cidade de Rio de Contas/BA**. ENG (Encontro Nacional de Geógrafos). Porto Alegre, 2010, 11p.

FERRARI JÚNIOR, José Carlos. Limites e potencialidades do planejamento urbano: uma discussão sobre os pilares e aspectos recentes da organização espacial das cidades brasileiras. In: **Revista Estudos Geográficos**, Rio Claro, 2004. p. 15-28.

FRANÇA, I. S. de. **A cidade média e suas centralidades: O exemplo de Montes Claros no norte de Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado em Geografia – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Áreas urbanizadas do Brasil: 2015**. Coordenação de Geografia - Rio de Janeiro, 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1960**.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1970**.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1980**.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 1991**.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

- MAIA, Doralice Sátyro. CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS DO NORDESTE: conferência de abertura. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wendel (orgs.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso.** – Salvador: SEI, 2010, p. 15-41.
- MEIRELES, P. S. **As ruas do Sol e Chã do Cajá enquanto periferias do espaço urbano de Alagoinha/PB: uma análise da infraestrutura.** Guarabira: UEPB, 2013.
- MOTTA, Diana; MATA, Daniel da. Crescimento das cidades médias. IN: IPEA. **Boletim regional e urbano**, 2008, p. 33-38.
- PREFEITURA DE PIRACICABA. **Diário Oficial.** 31 de maio de 2011. Disponível em: <[www.piracicaba.sp.gov.br/upload/diario/2011/Maio/31\\_05\\_11\\_3de5.pdf](http://www.piracicaba.sp.gov.br/upload/diario/2011/Maio/31_05_11_3de5.pdf)>. Acesso em: 12 de maio de 2019.
- SANCHO, A.; DEUS, J. A. S. **Áreas protegidas e Ambientes urbanos: Novos significados e transformações associados ao fenômeno da urbanização extensiva.** Soc. nat., Ago 2015, vol.27, no.2, p.223-238.
- SANTOS, M. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Edusp, 2007.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.
- SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. **MILTON SANTOS: concepções de geografia, espaço e território.** Geo UERJ - Ano 10, v.2, n.18, 2008. p. 24-42.
- SILVA, L. M. T. Características da urbanização na Paraíba. **Revista Cadernos do Logepa – Série Texto Didático** Ano 3, Número 5 - Jul/Dez de 2004. p. 34-39.
- SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e Urbanização.** 14<sup>a</sup> ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DÉAK, Csaba; SGHIFFER, Suely Ramos. (Org.). **O processo de urbanização no Brasil.** São Paulo: Edusp, 2004. 346 p.
- Sites visitados**
- Alagoinha em Foco: <[alagoinhaemfoco.blogspot.com](http://alagoinhaemfoco.blogspot.com)>. Acesso em 17 de abril de 2019.
- Blog do Widemar: <[blogwidemarsilvestre.blogspot.com](http://blogwidemarsilvestre.blogspot.com)>. Acesso em 17 de abril de 2019.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em 25 de março de 2019
- Ministério da Educação: <[portal.mec.gov.br](http://portal.mec.gov.br)>. Acesso em 27 de abril de 2019.
- NaCola.Net: <[blognacola.blogspot.com](http://blognacola.blogspot.com)>. Acesso em 20 de abril de 2019.
- Paraíba Criativa: <[www.paraibacriativa.com.br](http://www.paraibacriativa.com.br)>. Acesso em 9 de maio de 2019.



Portal 25 Horas: <[www.portal25horas.com.br](http://www.portal25horas.com.br)>. Acesso em 7 de maio de 2019.

Presidência da República: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em 27 de abril de 2019.

William Santos Informa: <[williaminforma.blogspot.com](http://williaminforma.blogspot.com)>. Acesso em 18 de abril de 2019.